



# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seccionais: AC - AL - AM - AP - BA - CE - DF - ES - GO - MA - MS - MT - PA - PB  
PE - PI - PR - RJ - RN - RR - SC - SE - TO

## Exame de Ordem 2007.3

Aplicação: 20/1/2008

### Prova Objetiva ( $P_1$ )

# Caderno A (com justificativa)

#### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno A — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cem questões, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenadas de 1 a 100.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase do filósofo alemão Heidegger:  
*A temporalidade se temporaliza como futuro-que-vai-ao-passado-vindo-ao-presente.*
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros examinandos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 9 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

#### AGENDA (datas prováveis)

- I 22/1/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — [www.oabdf.org.br](http://www.oabdf.org.br) e [www.oab.org.br](http://www.oab.org.br).
- II 29/1/2008, após as 17 h (horário de Brasília) – Resultado da prova objetiva: Internet — [www.oabdf.org.br](http://www.oabdf.org.br) e [www.oab.org.br](http://www.oab.org.br).
- III 30, 31 e 1/2/2008 – Recursos (prova objetiva): conforme estabelecido no Edital do Exame de Ordem 2007.3.
- IV 20/2/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Resultado final da prova objetiva e convocação para a prova prático-profissional: Internet — [www.oabdf.org.br](http://www.oabdf.org.br) e [www.oab.org.br](http://www.oab.org.br) e(ou) na sede da Seccional Regional da OAB.
- V 9/3/2008 – Aplicação da prova prático-profissional.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 5 do Edital do Exame de Ordem 2007.3.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.oabdf.org.br](http://www.oabdf.org.br) e [www.oab.org.br](http://www.oab.org.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

## PROVA OBJETIVA (P<sub>1</sub>)

### QUESTÃO 1

A construtora Muralha Ltda. contratou Souza e Silva Advogados Associados S/S para o ajuizamento de ação para condenação da União ao pagamento de crédito de R\$ 300.000,00 decorrente de contrato administrativo de prestação de serviços já devidamente realizados. Ficou pactuado, no caso de êxito, o pagamento de 20% do proveito econômico decorrente da decisão judicial.

O pedido foi julgado procedente e houve a condenação da Fazenda também em honorários advocatícios de 10% do valor da condenação. Antes do trânsito em julgado, a empresa faliu.

Considerando a situação acima exposta, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto da OAB.

- A A sociedade de advogados tem legitimidade para executar autonomamente os honorários de sucumbência, inclusive nos mesmos autos judiciais.
- B Na hipótese de a União não pagar os honorários de sucumbência, a sociedade poderá exigir do cliente o adimplemento desta obrigação.
- C O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil entende que apenas os honorários contratuais são direito do advogado e que os de sucumbência pertencem ao cliente.
- D O crédito decorrente do contrato de honorários é quirografário no processo de falência.

### JUSTIFICATIVAS

- A Certo. O artigo 23 do Estatuto da OAB prevê a possibilidade de o advogado executar de modo autônomo.
- B Errado. Somente a União é devedora.
- C Errado. O artigo 23 não faz distinção entre honorários de sucumbência e contratuais. Ambos são do advogado.
- D Errado. O artigo 24 afirma que o crédito de honorários é preferencial.

### QUESTÃO 2

Em relação à organização dos Conselhos Seccionais e das Subseções, assinale a opção correta.

- A O Conselho Seccional, por voto da maioria absoluta de seus membros, pode intervir nas Subseções.
- B O Conselho Seccional comunica aos seus advogados inscritos a tabela de honorários estipulada pelo Conselho Federal.
- C Os Conselhos Seccionais elegem a lista sêxtupla para o provimento de cargos de desembargador, exceto o Conselho do Distrito Federal, em razão de essa unidade da Federação não ter Poder Judiciário próprio.
- D A área territorial da Subseção pode abranger um ou mais municípios, ou parte de município, desde que haja pelo menos quinze advogados profissionalmente domiciliados.

### JUSTIFICATIVAS

- A Errado. O artigo 60, § 6.º, do Estatuto da OAB determina que o *quorum* seja de 2/3.
- B Errado. É o Conselho Seccional que fixa a tabela, nos termos do artigo 58, V, do Estatuto.
- C Errado. É o Conselho Seccional do DF que elege sua lista sêxtupla.
- D Certo. A previsão está no artigo 60, § 1.º, do Estatuto.

### QUESTÃO 3

Assinale a única opção que **não** representa direito dos advogados.

- A O livre ingresso nas salas de sessões, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados.
- B A comunicação com clientes presos, mesmo sem procuração.
- C A possibilidade de realização de sustentação oral por no mínimo quinze minutos em recursos após o voto do relator.
- D Deixar de realizar audiência judicial na hipótese de o juiz se atrasar por mais de 30 minutos, mediante comunicação protocolizada em juízo.

### JUSTIFICATIVAS

- A Errado. É direito do advogado previsto no artigo 7.º, inciso VI, a, do Estatuto.
- B Errado. É direito do advogado previsto no artigo 7.º, III, do Estatuto.
- C Certo. Na ADI 1.127/DF, o STF declarou a inconstitucionalidade do artigo 7.º, inciso IX, do Estatuto.
- D Errado. É direito do advogado previsto no artigo 7.º, inciso XX, do Estatuto.

### QUESTÃO 4

Em relação à inscrição para atuação como advogado e como estagiário, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto da OAB.

- A Compete a cada seccional regulamentar o exame de ordem mediante resolução.
- B O brasileiro graduado em direito em universidade estrangeira não pode obter inscrição de advogado no Brasil.
- C O estágio profissional de advocacia com duração superior a dois anos exime da realização de prova para inscrição como advogado na OAB.
- D O aluno de direito que exerça cargo de analista judiciário pode frequentar estágio ministrado pela respectiva instituição de ensino superior, para fins de aprendizagem, vedada a inscrição na OAB.

### JUSTIFICATIVAS

- A Errado. O artigo 8.º, § 1.º, do Estatuto afirma que compete ao Conselho Federal.
- B Errado. O artigo 8.º, § 2.º, do Estatuto prevê o procedimento para obtenção da inscrição na situação descrita.
- C Errado. O exame de ordem é obrigatório.
- D Certo. A previsão está no artigo 9.º, § 3.º, do Estatuto.

**QUESTÃO 5**

Em relação à organização da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinale a opção correta.

- A Somente é possível a criação de Caixa de Assistência dos Advogados quando a seccional contar com mais de 1.500 inscritos.
- B A OAB está ligada ao Ministério da Justiça para fins de dotação orçamentária.
- C O presidente de Seccional pode, a critério do Pleno, receber remuneração pelo exercício do cargo.
- D O Conselho Seccional é órgão do Conselho Federal.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. A previsão está no artigo 45, § 4.º, do Estatuto.
- B Errado. O artigo 44, § 1.º, do Estatuto afirma que a OAB não mantém vínculo funcional ou hierárquico com a administração pública.
- C Errado. O exercício é gratuito, nos termos do artigo 48 do Estatuto.
- D Errado. A previsão está no artigo 45 do Estatuto.

**QUESTÃO 6**

Ana, residente e domiciliada em Salvador – BA, é uma advogada inscrita somente no Conselho Seccional da OAB na Bahia (OAB/BA). Além de atuar em oito causas perante o Poder Judiciário baiano, Ana atua, também, em treze processos que correm na justiça estadual de Pernambuco e em dois processos que correm perante varas da justiça federal em São Paulo.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A Ana deve solicitar a transferência de sua inscrição para a OAB/PE, pois ela atua em mais processos na justiça pernambucana que na justiça baiana.
- B Ana somente tem o dever de solicitar inscrição suplementar na OAB/PE.
- C Ana deve solicitar inscrição suplementar no Conselho Seccional da OAB/PE e no da OAB/SP.
- D A situação de Ana é regular, pois a inscrição na OAB tem caráter nacional, podendo ela advogar em todo o território brasileiro.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Ana é domiciliada e residente em Salvador, de modo que não necessita transferir sua inscrição principal, pois esta não é definida em função do número dos processos, mas do domicílio eleito pelo advogado.
- B Certo. Advogados só têm o dever de fazer inscrição suplementar quando atuam em mais de cinco causas no território de Conselho Seccional no qual não é inscrito. De acordo com o art. 26 do Regimento, o advogado fica dispensado de comunicar o exercício eventual da profissão, até o total de cinco causas por ano, acima do qual obriga-se à inscrição suplementar.
- C Errado. Advogados só têm o dever de fazer inscrição suplementar quando atuam em mais de cinco causas no território de Conselho Seccional no qual não é inscrito. De acordo com o art. 26 do Regimento, o advogado fica dispensado de comunicar o exercício eventual da profissão, até o total de cinco causas por ano, acima do qual obriga-se à inscrição suplementar.
- D Errado. Nos termos do artigo 26 do Regimento, citado nas opções B e C, a atuação em mais de cinco causas exige inscrição suplementar.

**QUESTÃO 7**

Rodrigo celebrou contrato de prestação de serviços advocatícios com a sociedade de advogados Carvalho e Pereira, composta por dois advogados, com o objetivo de que ambos o representem judicialmente em uma ação indenizatória.

Nessa situação hipotética, a procuração judicial referente à prestação desse serviço

- A deve ser outorgada aos advogados, com a indicação de que eles fazem parte da referida sociedade.
- B deve ser outorgada à sociedade, com a expressa enumeração e qualificação dos advogados que a compõem.
- C deve ser outorgada à sociedade, sendo dispensável a indicação expressa dos advogados que a integram, pois o contrato de prestação de serviços foi celebrado com a pessoa jurídica.
- D pode ser outorgada tanto à sociedade quanto individualmente aos advogados.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. EAOAB – Art. 15. Os advogados podem reunir-se em sociedade civil de prestação de serviço de advocacia, na forma disciplinada nesta Lei e no Regulamento Geral. § 3.º As procurações devem ser outorgadas individualmente aos advogados e indicar a sociedade de que façam parte. CEDOAB – Art. 15. O mandato judicial ou extrajudicial deve ser outorgado individualmente aos advogados que integrem sociedade de que façam parte, e será exercido no interesse do cliente, respeitada a liberdade de defesa.
- B Errado. *Idem*.
- C Errado. *Idem*.
- D Errado. *Idem*.

**QUESTÃO 8**

A personalidade jurídica de uma sociedade de advogados sediada no Pará tem início com o registro, aprovado,

- A de seu contrato social na Junta Comercial competente.
- B de seus atos constitutivos na OAB/PA.
- C de seu contrato social no cadastro unificado do Conselho Federal da OAB.
- D de seus estatutos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

**JUSTIFICATIVAS**

A Errado. Art. 15. Os advogados podem reunir-se em sociedade civil de prestação de serviço de advocacia, na forma disciplinada nesta Lei e no Regulamento Geral.

§ 1º A sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede.

Art. 16. Não são admitidas a registro, nem podem funcionar, as sociedades de advogados que apresentem forma ou características mercantis, que adotem denominação de fantasia, que realizem atividades estranhas à advocacia, que incluam sócio não inscrito como advogado ou totalmente proibido de advogar.

§ 3º É proibido o registro, nos cartórios de registro civil de pessoas jurídicas e nas juntas comerciais, de sociedade que inclua, entre outras finalidades, a atividade de advocacia.

- B Certo. *Idem.*
- C Errado. Não existe tal cadastro.
- D Errado. Vide justificativa dada na opção A.

**QUESTÃO 9**

Rafael, advogado regularmente inscrito na OAB/DF, tomou posse em cargo público comissionado, demissível *ad nutum*, para exercer, em Brasília – DF, a função de diretor jurídico de uma autarquia federal.

Nessa situação, Rafael deve, com relação a sua inscrição na OAB,

- A mantê-la, pois a referida função é atividade privativa de advogado.
- B ser licenciado de ofício, por ingresso em cargo público.
- C solicitar cancelamento, por perder um dos requisitos necessários para a inscrição.
- D solicitar suspensão por tempo indeterminado, devendo essa suspensão se estender pelo período em que estiver ocupando o referido cargo.

**JUSTIFICATIVAS**

A Certo. Art. 1.º São atividades privativas de advocacia:  
I – a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais;

II – as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.

- B Errado. *Idem.*
- C Errado. *Idem.*
- D Errado. *Idem.*

**QUESTÃO 10**

No que se refere ao exercício da atividade profissional do advogado, assinale a opção **incorreta**.

- A O advogado sempre deve atuar com honestidade e boa-fé, sendo-lhe vedado expor fatos em juízo falseando deliberadamente a verdade.
- B O advogado deve estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios.
- C O advogado sempre deve informar o cliente dos eventuais riscos de sua pretensão e aconselhá-lo a não ingressar em aventura judicial.
- D O advogado deve defender com zelo e dedicação os interesses de seu cliente, tendo o dever de recorrer de todas as decisões em que seus representados sejam sucumbentes.

**JUSTIFICATIVAS**

A Certo. CED – Art. 2.º. O advogado, indispensável à administração da Justiça, é defensor do Estado democrático de direito, da cidadania, da moralidade pública, da Justiça e da paz social, subordinando a atividade do seu ministério privado à elevada função pública que exerce.

Parágrafo único. São deveres do advogado:

II – atuar com destemor, independência, honestidade, decoro, veracidade, lealdade, dignidade e boa-fé;

VI – estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios;

VII – aconselhar o cliente a não ingressar em aventura judicial;

- B Certo. *Idem.*
- C Certo. *Idem.*
- D Errado (**gabarito**). Não existe um dever de recorrer de todas as decisões, pois a interposição de recursos pode ser contrária ao interesse do cliente, na medida em que nem sempre este tem interesse em estender processos cuja chance de êxito é muito pequena. O eventual dever de recorrer, como corolário do dever de diligência, deve ser medido em função do interesse do cliente e, não, em função do simples fato da sucumbência.

**QUESTÃO 11**

É correto afirmar que as comissões parlamentares de inquérito criadas no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em conjunto ou separadamente,

- A podem ter seus atos controlados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) quando envolverem ilegalidade ou ofensa a direito individual.
- B possuem competência para a decretação de prisões temporárias, preventivas ou em flagrante delito.
- C têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo adotar medidas como a quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados, buscas e apreensões em domicílios e a condução coercitiva de indiciados e testemunhas.
- D podem decretar a indisponibilidade de bens dos investigados, visto que lhes é permitido adotar medidas cautelares próprias das autoridades judiciais.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. STF – Pleno – MS n.º 23.642/DF – Rel. Min. Néri da Silveira, decisão: 29/11/2000. Informativo STF, n.º 212.
- B Errado. As CPI somente possuem competência para a decretação de prisões em flagrante delito, uma vez que a CF reservou ao Poder Judiciário a função de zelar pelo *status libertatis* individual, nos termos do art. 5.º, LXI.
- C Errado. O poder de determinar buscas e apreensões encontra limitação na consagração constitucional da inviolabilidade domiciliar, em face da cláusula de reserva judicial prevista no art. 5.º, XI (STF – Pleno – MS n.º 23.639-6/DF – Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 16/2/2001, p. 91).
- D Errado. As CPI não dispõem de competência para decretar medidas cautelares próprias das autoridades judiciais, tais como a indisponibilidade de bens, arrestos, seqüestro, proibição de ausentar-se da comarca ou do país etc. Nesse sentido: STF – Pleno – MS n.º 23.4666-1/DF – Medida liminar – Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Diário da Justiça, Seção I, 22/6/1999, p. 31.

**QUESTÃO 12**

A disciplina constitucional sobre a organização dos Poderes Executivo e Legislativo

- A permite que o presidente da República delegue aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União algumas atribuições que lhe são privativas.
- B estabelece que o presidente da República, nas infrações comuns, só possa ser preso em flagrante delito de crime inafiançável.
- C admite que os deputados e senadores sejam proprietários ou controladores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, desde que não ocupem cargos de diretores ou nela exerçam função remunerada.
- D autoriza que o deputado ou senador se licencie do cargo para exercer a função de ministro de Estado, mas, não, a de secretário estadual.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo, nos termos do que dispõe o parágrafo único do art. 84 da CF.
- B Errado. O Presidente da República dispõe da prerrogativa extraordinária da imunidade à prisão em flagrante delito, prisão preventiva e prisão temporária antes de sua condenação penal definitiva (art. 86, § 3.º, CF). Trata-se de prerrogativa de natureza processual-penal reconhecida pelo STF (ADI n.º 1.024, Rel. Min. Celso de Mello, J 19/10/1995, DJU 17/11/1995).
- C Errado. O art. 54, II, a, veda expressamente essa possibilidade.
- D Errado. De acordo com o art. 56, I, o deputado ou senador podem assumir tanto o cargo de ministro quanto o de secretário de Estado.

**QUESTÃO 13**

Nos termos da Constituição de 1988, o Estado federal brasileiro

- A é formado pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal (DF), todos autônomos, sendo apenas a União detentora do atributo da soberania.
- B adota um sistema de repartição de competências que enumera os poderes da União, define indicativamente os dos municípios e atribui os poderes remanescentes para os estados.
- C destina à União, como ente central, competências de caráter exclusivo e privativo, restando aos estados, ao DF e aos municípios apenas o exercício de competências legislativas em caráter remanescente e suplementar.
- D não admite que os municípios, mesmo de forma suplementar, possam legislar sobre as matérias que são objeto da legislação federal e estadual.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Nos termos do art. 18, *caput*, a União é, também, ente autônomo. Somente o Estado Federal (a República Federativa do Brasil), como pessoa jurídica de direito internacional, detém o atributo da soberania.
- B Certo. Correta a resposta, com amparo nos art.º 21, 22, 25, § 1.º e 30, da CF. Veja-se, ainda, José Afonso da Silva, **Curso de direito constitucional positivo**, 10.ª ed., Malheiros, p. 455.
- C Errado. Os estados e o Distrito Federal dispõem, também, de competências legislativas concorrentes com a União (art. 24).
- D Errado. Nos termos do art. 30, II, os municípios podem suplementar, no que couber, a legislação federal e a estadual.

**QUESTÃO 14**

No controle de constitucionalidade de ato normativo pela via difusa, discute-se o caso concreto. A respeito desse controle, assinale a opção correta.

- A Os efeitos da declaração de inconstitucionalidade afetam somente as partes envolvidas no processo, de forma retroativa, em regra, de modo a desfazer, desde sua origem, o ato declarado inconstitucional, juntamente com todas as conseqüências dele derivadas.
- B A declaração de inconstitucionalidade terá efeitos *ex tunc* e *erga omnes* por decisão do STF, pois somente a este cabe assegurar a supremacia das normas constitucionais.
- C Os efeitos devem ser *inter partes*, podendo, entretanto, ser ampliados por motivos de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, em decorrência de decisão de dois terços dos membros do STF.
- D Os efeitos se tornarão *ex tunc* a partir do momento em que o Senado Federal editar uma resolução suspendendo a execução, no todo ou em parte, da lei ou ato normativo declarado inconstitucional por decisão definitiva do STF.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. No controle difuso, os efeitos são *inter partes* e, como regra, *ex tunc*.
- B Errado. No controle pela via difusa, qualquer juiz ou tribunal pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo no caso concreto.
- C Errado. Não será em função de decisão do Supremo Tribunal Federal que os efeitos poderão ser ampliados. A possibilidade descrita existe apenas no controle concentrado, visto que a Lei n.º 9.868/99 prevê que o STF poderá restringir os efeitos da declaração de inconstitucionalidade por maioria de dois terços.
- D Errado. Diferentemente do que está descrito, os efeitos se tornarão *erga omnes* a partir da resolução do Senado Federal.

**QUESTÃO 15**

Sobre o controle de constitucionalidade de atos normativos no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

- A Cabe ao STF o julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade contra atos normativos federais, estaduais ou municipais.
- B Emendas constitucionais, por gozarem do caráter de normas constitucionais, não são passíveis de serem controladas na sua constitucionalidade.
- C A jurisprudência do STF não admite, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, o controle de constitucionalidade de atos normativos pré-constitucionais.
- D A Constituição de 1988, desde a sua redação originária, previa o efeito vinculante das decisões tomadas pelo STF nas ações diretas de inconstitucionalidade.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Segundo disposição expressa do art. 102, I, a, da CF/1988, somente cabe ação direta de inconstitucionalidade contra atos normativos federais e estaduais, e, não, contra atos normativos municipais.
- B Errado. De acordo com a jurisprudência do STF, emendas constitucionais podem ser controladas na sua constitucionalidade desde que ofendam alguma cláusula pétrea.
- C Certo. Desde há muito, a jurisprudência do STF não admite o controle de constitucionalidade, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, de direito pré-constitucional.
- D Errado. O efeito vinculante das decisões em ações diretas de inconstitucionalidade somente foi previsto na redação da Constituição com o advento da Emenda Constitucional n.º 45/2003, no art. 102, § 2.º, da CF/1988.

**QUESTÃO 16**

Assinale a opção **incorreta** acerca do processo legislativo previsto na Constituição Federal.

- A Após a aprovação da proposta de emenda constitucional pelo Congresso Nacional, cabe ao presidente da República sancioná-la ou vetá-la.
- B Leis complementares devem ser aprovadas por maioria absoluta.
- C A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa dos tribunais superiores devem ter início na Câmara dos Deputados.
- D A sanção do projeto de lei não convalida o defeito de iniciativa.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado (**gabarito**). As emendas constitucionais são promulgadas pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 60, § 3.º, CF/1988).
- B Certo. É exatamente o que estabelece o art. 69 da CF/1988.
- C Certo. É exatamente o que estabelece o art. 64, *caput*, da CF/1988.
- D Certo. Trata-se de citação literal da ementa da ADI 700, rel. Min. Maurício Corrêa.

**QUESTÃO 17**

Ao STF compete,

- I julgar, originariamente, o mandado de segurança contra atos do presidente da República, dos ministros de Estado e do procurador-geral da República.
- II julgar os conflitos de competência entre tribunais de justiça estaduais.
- III julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o estado, o DF ou o território.
- IV julgar, em recurso ordinário, o crime político.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

**JUSTIFICATIVAS**

- I. Errado. Não cabe ao STF julgar o mandado de segurança contra atos dos ministros de Estado (art. 102, I, d, da CF/1988).
- II. Errado. O STF somente julga conflitos de competência que envolvam, ao menos, um tribunal superior (art. 102, I, o, da CF/1988).
- III. Certo. É exatamente o que prescreve o art. 102, I, e, da CF/1988).
- IV. Certo. É exatamente o que prescreve o art. 102, II, b, da CF/1988).

**Opção correta D (Itens III e IV certos).**

**QUESTÃO 18**

O descaso para com os problemas sociais, que veio a caracterizar o *État Gendarme*, associado às pressões decorrentes da industrialização em marcha, o impacto do crescimento demográfico e o agravamento das disparidades no interior da sociedade, tudo isso gerou novas reivindicações, impondo ao Estado um papel ativo na realização da justiça social. O ideal absenteísta do Estado liberal não respondia, satisfatoriamente, às exigências do momento. Uma nova compreensão do relacionamento Estado/sociedade levou os poderes públicos a assumir o dever de operar para que a sociedade lograsse superar as suas angústias estruturais. Daí o progressivo estabelecimento pelos Estados de seguros sociais variados, importando intervenção intensa na vida econômica e a orientação das ações estatais por objetivos de justiça social.

Gilmar Ferreira Mendes *et al.* **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 223 (com adaptações).

Esse texto caracteriza, em seu contexto histórico, a

- A primeira geração de direitos fundamentais.
- B segunda geração de direitos fundamentais.
- C terceira geração de direitos fundamentais.
- D quarta geração de direitos fundamentais.

**JUSTIFICATIVA**

- A Errado.
- B Certo. Os direitos de segunda geração têm como marca um viés social e prestacionista, além do desafio à base liberal dos direitos de primeira geração, os quais exigem abstenções por parte do Estado.
- C Errado.
- D Errado.

**QUESTÃO 19**

Com relação à disciplina constitucional das medidas provisórias, assinale a opção correta.

- A Medida provisória pode versar sobre matéria relativa a direito penal.
- B O STF não admite, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, o controle de constitucionalidade de medidas provisórias.
- C É de trinta dias o prazo máximo para a apreciação, pelas duas casas do Congresso Nacional, de medida provisória.
- D As constituições estaduais podem prever a edição de medidas provisórias, cumpridas as regras básicas do processo legislativo no âmbito da União.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. O art. 62, § 1.º, I, b, proíbe expressamente que medida provisória verse sobre matéria de direito penal.
- B Errado. Diversas vezes o STF, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, declarou inconstitucionais medidas provisórias.
- C Errado. O prazo máximo para apreciação é de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias (art. 62, § 3.º e 7.º, da CF/1988).
- D Certo. É exatamente o que diz o STF, por exemplo, na ADI-MC 812 e na ADI 425.

**QUESTÃO 20**

No que se refere aos direitos de nacionalidade previstos na Constituição, julgue os seguintes itens.

- I A Constituição admite a perda de nacionalidade do brasileiro nato.
- II É proibida a distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos previstos na própria Constituição.
- III É privativo de brasileiro nato o cargo de ministro da Justiça.
- IV A Constituição prevê que são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

**JUSTIFICATIVAS**

- I. Certo. O art. 12, § 4.º, da CF/1988, ao estabelecer os casos de perda de nacionalidade brasileira, não faz qualquer distinção entre natos e naturalizados, entendendo-se que os brasileiros natos também podem perder a nacionalidade brasileira.
- II. Certo. É exatamente o que prescreve o art. 12, § 2.º, da CF/1988.
- III. Errado. A lista de cargos privativos de brasileiros natos é exaustiva e nela não figura o ministro da Justiça (art. 12, § 3.º).
- IV. Errado. Essa é a redação do art. 12, I, c, anterior à EC 54/2007. Com essa emenda, não é mais necessário que o indivíduo venha a residir no país, bastando ser registrado em repartição consular e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

**Opção correta A (Itens I e II certos).**



**QUESTÃO 21**

A respeito do direito internacional do mar e sua recepção no direito brasileiro, assinale a opção **incorreta**.

- A A zona contígua brasileira compreende uma faixa que se estende de 12 a 24 milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.
- B Em sua zona econômica exclusiva, o Brasil tem o direito exclusivo de regular a investigação científica marinha.
- C É reconhecido aos navios de todas as nacionalidades o direito de passagem inocente no mar territorial brasileiro.
- D O mar territorial brasileiro compreende uma faixa de duzentas milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de base.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. É exatamente o que prevê o art. 4.º da Lei 8.617/1993.
- B Certo. É exatamente o que prevê o art. 8.º da Lei 8.617/1993.
- C Certo. É exatamente o que prevê o art. 3.º da Lei 8.617/1993.
- D Errado (**gabarito**). O mar territorial brasileiro compreende uma faixa de somente doze milhas marítimas, como dispõe o art. 1.º da Lei 8.617/1993.

**QUESTÃO 22**

Em razão de sua natureza descentralizada, o direito internacional público desenvolveu-se no sentido de admitir fontes de direito diferentes daquelas admitidas no direito interno. Que fonte, entre as listadas a seguir, **não** pode ser considerada fonte de direito internacional?

- A Tratado.
- B Decisões de tribunais constitucionais dos estados.
- C Costume.
- D Princípios gerais de direito.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. O tratado é uma fonte reconhecida de direito internacional (art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça).
- B Certo. Decisões de tribunais internos, inclusive constitucionais, não são reconhecidas como fontes de direito internacional, justamente por terem um caráter interno.
- C Errado. Costume é uma fonte reconhecida de direito internacional (art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça).
- D Errado. Princípios gerais de direito são fontes reconhecidas de direito internacional (art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça).

**QUESTÃO 23**

Assinale a opção correta em relação ao dano ambiental.

- A Sendo o meio ambiente um bem difuso, o dano ambiental também tem natureza exclusivamente difusa, razão pela qual é vedado ao indivíduo — vítima direta de um dano — reivindicar indenização a si próprio.
- B Quanto à extensão, o dano ambiental pode ser patrimonial, quando disser respeito à perda material do bem ambiental, ou extrapatrimonial, quando ofender valores imateriais, reduzindo o bem-estar do indivíduo ou da coletividade ou atingindo o valor intrínseco do bem.
- C Dada a irreversibilidade do dano ambiental, a única forma de reparação contra esse tipo de dano, na via judicial, é a indenização pecuniária, a qual deverá resultar em recursos para a minimização dos impactos na área afetada pela atividade lesiva.
- D A responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente é de natureza objetiva, sendo imprescindíveis, para sua caracterização, o elemento culpa e a comprovação do indiscutível caráter lesivo da atividade desenvolvida pelo agente.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. O dano ambiental coletivo não exclui o dano ambiental de natureza particular. O art. 14, §1.º, da Lei 6.938/81 admite a possibilidade de reparação de dano ambiental causado a vítima direta.
- B Certo. A doutrina estabelece essa classificação para o dano ambiental, atribuindo tais características ao dano patrimonial e ao dano extrapatrimonial.
- C Errado. Entre as diversas formas de reparação do dano ambiental, está a restauração *in situ*, ou restauração natural, a compensação ecológica e a indenização pecuniária. Deve-se dar prevalência à restauração natural, por implicar tutela específica do meio ambiente.
- D Errado. É prescindível o elemento culpa para efeito de caracterização da responsabilidade civil por dano ambiental.

**QUESTÃO 24**

Segundo o jurista Vladimir Passos de Freitas, na concepção moderna de meio ambiente, este é considerado não apenas como a natureza mas também como as modificações que o homem nela vem introduzindo. Assim, assinala o jurista, é possível classificar o meio ambiente em ambiente natural, que compreende a água, a flora, o ar, a fauna, e ambiente cultural, que abrange as obras de arte, imóveis históricos, museus, belas paisagens, enfim, tudo o que possa contribuir para o bem-estar e a felicidade do ser humano. Considerando tal concepção, assinale a opção correta.

- A A Constituição Federal admite formas específicas de proteção do patrimônio cultural, tais como o tombamento, o registro, o inventário, a retrocessão e a desapropriação.
- B As criações científicas e tecnológicas integram o patrimônio cultural brasileiro, sendo elas objeto de especial proteção pelo poder público.
- C Os municípios não detêm competência para proteger o patrimônio cultural, em razão da relevância nacional dos bens que o integram.
- D Sendo comum a competência material para a proteção do patrimônio cultural, União, estados, DF e municípios podem instituir tombamento de bens imóveis dotados de valor histórico-cultural, não se admitindo, porém, o tombamento de um mesmo bem por mais de uma pessoa política, em razão da proibição do *bis in idem*.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. A retrocessão não constitui modalidade específica de proteção do patrimônio cultural.
- B Certo. É o que dispõe a CF, no art. 216, III.
- C Errado. A competência administrativa em matéria ambiental é comum, valendo tal previsão para a defesa do patrimônio cultural, em relação aos bens dotados de relevância cultural no âmbito da municipalidade.
- D Errado. A competência material é comum. Admite-se o tombamento simultâneo quando presente, a um só tempo, o interesse preservacionista em escalas nacional, regional e local.

**QUESTÃO 25**

No que concerne aos defeitos do negócio jurídico, assinale a opção correta.

- A Para caracterizar a simulação, defeito sujeito à anulabilidade do negócio jurídico, exige-se que, na conduta do agente, além da intenção de violar dispositivo de lei, haja o desejo de prejudicar terceiros.
- B Podem demandar a anulabilidade do negócio simulado o terceiro juridicamente interessado e o Ministério Público, sendo vedada aos simuladores a faculdade de alegar a simulação ou requerer em juízo a sua anulação, em litígio comum ou contra terceiros.
- C A lesão é vício de consentimento que surge concomitantemente com o negócio e acarreta a sua anulabilidade, permitindo-se a revisão contratual para evitar a anulação, aproveitando-se, assim, o negócio.
- D Se, na celebração do negócio, uma das partes induzir a erro a outra, levando-a a concluir a avença e assumir uma obrigação desproporcional à vantagem obtida pelo outro, esse negócio será nulo porque a manifestação de vontade emana de erro essencial e escusável.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. A simulação é causa de nulidade do ato jurídico, nos termos do art. 166, VI, do Código Civil: “É nulo o negócio jurídico quando: VI – tiver por objetivo fraudar lei imperativa.” Portanto, não existe a exigência do desejo de prejudicar terceiros.
- B Errado. Configurando a simulação causa de nulidade, nada impede que seja a simulação alegada pelos próprios simuladores em litígio de um contra o outro, ressalvados sempre os direitos de terceiros de boa-fé.
- C Certo. Nos termos do art. 171, II, a lesão é causa de anulação do negócio, prevendo o § 2.º do art. 157 a possibilidade da não-decretação do negócio se for oferecido suplemento suficiente ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.
- D Errado. Primeiramente, o erro é causa de anulação do negócio (art. 171, II). Ademais, no erro, a vontade que se manifesta é diferente daquela que teria sido expressa caso o declarante conhecesse efetivamente as circunstâncias do negócio jurídico. O equívoco é espontâneo, ou seja, o declarante age movido por uma assimilação equivocada dos fatos. O dolo, a seu turno, é representado pelo comportamento malicioso de um contraente engenhado para induzir o outro a uma expressão volitiva manifestada sob a insciência do verdadeiro contexto negocial.

**QUESTÃO 26**

A respeito da posse e da proteção possessória, assinale a opção correta.

- A A posse natural é um direito real de aquisição da propriedade de bens móveis e imóveis. Para a obtenção dessa posse, exige-se o exercício de poderes de fato sobre a coisa.
- B Na ação de reintegração de posse, a procedência do pedido fica condicionada à efetiva comprovação da posse, do esbulho praticado pelo réu e da perda da posse. Exige-se, ainda, a demonstração da data do esbulho, para que seja definido o rito pelo qual deverá tramitar o processo.
- C A ação possessória tem natureza dúplice, mesmo que o réu não demande, na contestação, proteção possessória nem indenização por benfeitorias erigidas na coisa. Nessas ações, admite-se a conversão de uma possessória em outra, ou, ainda, em petítória.
- D O possuidor de má-fé tem direito à retenção da coisa alheia até ser indenizado pelas benfeitorias necessárias e melhorias implementadas, tais como plantações ou construções.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. A posse não é direito real, o único direito real de aquisição é a promessa de compra e venda.
- B Certo. As ações possessórias objetivam, unicamente, a proteção possessória; a procedência do pedido fica condicionada à efetiva comprovação dos requisitos elencados no art. 927 do Código de Processo Civil, quais sejam, a posse, a turbação ou o esbulho praticado pelo réu, e a manutenção da posse, embora turbada, ou a perda da posse.
- C Errado. Na ação possessória, entendendo-se o réu ofendido em sua posse e pretendendo proteção possessória e indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho praticado pelo autor, ele deve formular essa pretensão na própria contestação. Ademais, permite o art. 920 do CPC a conversão de uma ação possessória em outra, quando a petição inicial equivocadamente descrever a agressão à posse e quando a agressão originária intensificar-se no curso da demanda.
- D Errado. Ao possuidor de má-fé é facultado exclusivamente o ressarcimento por benfeitorias necessárias. Não obstante o direito à indenização, jamais o possuidor de má-fé obterá o direito de retenção sobre as benfeitorias.

**QUESTÃO 27**

Acerca dos contratos regidos pelo Código Civil, assinale a opção correta.

- A O contrato de compra e venda deve conter cláusula que estipule o preço do bem ou o modo de determiná-lo. Esse preço pode ser fixado de acordo com o tabelamento oficial, estipulado por terceiro ou por qualquer um dos contratantes.
- B O objeto do contrato de fiança é uma obrigação assumida em outro contrato do qual é acessório, servindo-lhe, ainda, de garantia. Por isso, a responsabilidade do fiador deve corresponder ao valor da dívida garantida, não podendo ser em valor superior, inferior ou com mais ônus do que aqueles estabelecidos na obrigação principal.
- C No contrato bilateral com cláusula resolutiva expressa, no qual os contratantes assumam que as obrigações autônomas devem ser cumpridas sucessivamente, se uma das partes não cumprir espontaneamente a sua prestação, o contratante prejudicado poderá considerar o contrato resolvido, alegando a exceção do contrato não cumprido.
- D No contrato de seguro de coisa, a indenização securitária deve ser feita em dinheiro, salvo se convencionada pelos contratantes a recomposição ou a substituição da coisa.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Nos termos do art. 489 do CC, nulo é o contrato de compra e venda quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- B Errado. Dispõe o art. 823 que a fiança pode ser de valor inferior ao da obrigação principal e contraída em condições menos onerosas, e, quando exceder o valor da dívida, ou for mais onerosa que ela, não valerá senão até o limite da obrigação afiançada.
- C Errado. Preceitua o art. 476 do Código Civil que “nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida sua obrigação, pode exigir o implemento do outro”. Assim, nos contratos bilaterais, as prestações são recíprocas, desde que as prestações sejam simultâneas, uma das partes não pode exigir da outra o cumprimento da prestação sem ter cumprido a sua; ou pode esta opor em sua defesa o não-cumprimento pela reclamante, deixando de prestar a sua enquanto a outra parte não o fizer.
- D Certo. De acordo com o art. 776 do CC, “O segurador é obrigado a pagar em dinheiro o prejuízo resultante do risco assumido, salvo se convencionada a reposição da coisa”.

**QUESTÃO 28**

Em relação à sucessão legítima e testamentária, assinale a opção correta.

- A A renúncia a herança é um ato irrevogável, por isso, se todos os herdeiros, de qualquer classe, renunciarem à herança, esta será, desde logo, declarada vacante.
- B O herdeiro necessário é deserdado por seu ascendente quando o testador deixa de contemplá-lo em seu testamento.
- C No inventário e partilha, a omissão involuntária dos bens da herança pelo inventariante configura sonegação de bens e o sujeita a apresentar os bens que omitiu, e a pagar perdas e danos aos demais herdeiros.
- D Ocorre a sucessão por cabeça, ou substituição hereditária, quando outra pessoa é chamada a suceder em lugar do herdeiro, em virtude de pré-morte, deserdação ou indignidade.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. Conforme o disposto no art. 1.823 no CC, “quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, será esta desde logo declarada vacante”.
- B Errado. A deserdação tem embasamento legal no art. 1.961 do Código Civil, *in verbis*: “Os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, ou deserdados, em todos os casos em que podem ser excluídos da sucessão.”  
Convém lembrar que não se pode deserdar algum herdeiro necessário por qualquer motivo; esse ato deve ser devidamente fundamentado nos motivos dispostos na legislação civil.
- C Errado. Sonegação de bens de inventário é o ato doloso de ocultar os bens da herança, praticado pelo herdeiro de má-fé. Deve-se atentar que essa sonegação pressupõe a vontade, o dolo, portanto é um ato ilícito. A omissão culposa, involuntária, dos bens não configura sonegação, mas tão-somente uma falta de atenção do herdeiro.
- D Errado. A sucessão pode ser “por cabeça”, quando é deferida segundo direito próprio, ou seja, quando o herdeiro recebe a herança por si só; “por estirpe”, quando é chamada a suceder outra pessoa em lugar do herdeiro, em virtude deste não poder suceder. Por exemplo, se o falecido deixou descendentes, estes lhe sucedem por cabeça.  
Entende-se por substituição hereditária o ato ou efeito de um herdeiro ser substituído por outro através de disposições testamentárias.

**QUESTÃO 29**

Relativamente ao direito de família, assinale a opção correta.

- A Sobrevindo mudança na situação financeira daquele que presta alimentos ou na daquele que os recebe, é possível a revisão dos alimentos fixados em sentença com trânsito em julgado, por meio do ajuizamento de ação rescisória.
- B Os maiores de dezoito anos de idade adquirem plena capacidade e, por presunção legal, são aptos a praticar todos os atos da vida civil; no entanto, caso se encontrem impossibilitados de cuidar de seus próprios interesses, serão representados por um tutor.
- C É facultado ao casal judicialmente separado restabelecer a qualquer momento a sociedade conjugal, por meio de petição nos autos da separação judicial, resguardando-se eventuais direitos de terceiros.
- D O parentesco em linha reta limita-se até o quarto grau, sendo que, para a contagem do parentesco, adota-se a linha como sendo a vinculação da pessoa ao tronco ancestral comum.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. A revisão dos alimentos pressupõe modificação na situação financeira daquele que os presta ou na daquele que os recebe, independentemente de ação rescisória.
- B Errado. Aos incapazes é designado um curador e os menores são postos em tutela se seus pais falecerem, forem declarados ausentes ou decaírem do poder familiar.
- C Certo. De acordo com o art. 1.577 do CC, “Seja qual for a causa da separação judicial e o modo como esta se faça, é lícito aos cônjuges restabelecer, a todo tempo, a sociedade conjugal, por ato regular em juízo”. De acordo com o parágrafo único desse artigo, “A reconciliação em nada prejudicará o direito de terceiros, adquirido antes e durante o estado de separado, seja qual for o regime de bens”.
- D Errado. O parentesco em linha reta é ilimitado.

**QUESTÃO 30**

Ainda a respeito do direito de família, assinale a opção correta.

- A O casamento putativo é nulo, mas produzirá todos os efeitos civis perante os contraentes e terceiros até o trânsito em julgado da sentença que declarar a sua nulidade. Por se tratar de ação personalíssima, somente o cônjuge inocente poderá requerer a invalidade desse casamento.
- B Os nubentes devem fazer opção pelo regime de bens por termo no próprio processo de habilitação do casamento. Quando forem escolher como opção um regime de bens diverso do legal, que é o da separação de bens, deverão fazê-lo por pacto antenupcial ou por escritura pública.
- C O bem de família é inalienável e impenhorável. A sua administração compete a ambos os cônjuges e, com a morte de qualquer um deles, extingue-se automaticamente o patrimônio comum que foi destinado a garantir a segurança e a moradia do casal.
- D Em se tratando de separação judicial fundada na culpa, o cônjuge declarado culpado terá direito aos alimentos indispensáveis à subsistência, se deles necessitar e não tiver aptidão para o trabalho nem parentes em condições de prestá-los.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Dispõe o art. 1.563 do CC que a sentença que decretar a nulidade do casamento deve retroagir à data da sua celebração, tendo, portanto, o efeito *ex tunc*, e não produz os efeitos civis do matrimônio perante os contraentes, salvo nos casos de boa-fé dos nubentes. O efeito da putatividade alcança o cônjuge de boa-fé, visto que, quanto a este, o casamento produz todos os efeitos até a data da sentença declaratória de nulidade (art. 1.561 do CC).
- B Errado. O regime legal é o da comunhão parcial. Caso seja outra a opção do casal, esta deverá ser feita por pacto antenupcial, por meio de escritura pública (art. 1.653 do CC).
- C Errado. Além dos casos de extinção por autorização judicial, extingue-se o bem de família com a morte de ambos os cônjuges e a maioria dos filhos, desde que não sujeitos a curatela (art. 1.722 do CC).
- D Certo. Na hipótese de o cônjuge declarado culpado pela separação judicial necessitar de alimentos e não tiver parentes em condições de prestá-los, nem aptidão para o trabalho, o outro cônjuge será obrigado a assegurá-los, fixando o juiz o valor indispensável à sobrevivência (não se aplicando, portanto, a regra do artigo 1.694 do CC e, sim, a norma do parágrafo único do art. 1.704 do CC).

**QUESTÃO 31**

No que concerne ao ato ilícito e à responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- A A responsabilidade por ato de terceiro é objetiva e permite estender a obrigação de reparar o dano a pessoa diversa daquela que praticou a conduta danosa, desde que exista uma relação jurídica entre o causador do dano e o responsável pela indenização.
- B A concorrência de culpas do agente causador do dano e da vítima por acidente de trânsito, por exemplo, no caso de colisão de veículos, acarreta a compensação dos danos, devendo cada parte suportar os prejuízos sofridos.
- C Quando inúmeras e sucessivas causas contribuem para a produção do evento danoso, todas essas causas são consideradas como adequadas a produzir o acidente e a gerar a responsabilidade solidária para aqueles que o provocaram. Nessa situação, cabe à vítima escolher a quem imputar o dever de reparar.
- D Os atos praticados em legítima defesa, no exercício regular de um direito ou em estado de necessidade, que provoquem danos morais ou materiais a outrem, embora sejam considerados como atos ilícitos, exoneram o causador do dano da responsabilidade pela reparação do prejuízo causado.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. O novo Código Civil considera objetiva a responsabilidade em todas as hipóteses elencadas no art. 932 do CC. Basta provar o nexo de causalidade com o ato do terceiro, para surgir, para aqueles que o têm sob sua autoridade, o dever de indenizar.
- B Errado. Nos termos do art. 945 do CC, se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada, tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.
- C Errado. Não se pode considerar como causa do dano ocorrido, quando, em abstrato, essa causa não é adequada a produzir tal efeito, embora se possa asseverar que este não se teria dado se não fora o fato ilícito. A responsabilidade é atribuída à causa necessária no caso concreto à produção do dano, sem que outra causa que interfira na relação de causa e efeito tenha rompido o primeiro nexo de causalidade de maneira a ela própria, de maneira autônoma, provocar o dano.
- D Errado. Segundo o art. 188 do CC, há situações que, não obstante a ação do agente cause dano aos direitos de outrem, não constituem ato ilícito. Embora a lei retire a ilicitude da conduta, o agente continua obrigado a reparar o dano (art. 930 do CC).

**QUESTÃO 32**

Acerca da Lei de Introdução do Código Civil e da vigência, aplicação e interpretação das leis, assinale a opção correta.

- A Iniciado o transcurso da *vacatio legis*, se, por qualquer motivo, ocorrer nova publicação do texto legal, o prazo de obrigatoriedade da lei contará da primeira publicação.
- B A lei nova que estabelece disposições gerais revoga as leis especiais anteriores que dispuserem sobre a mesma matéria, pois não pode ocorrer conflito de leis, ou seja, uma mesma matéria não pode ser regida por diversas leis.
- C Repristinação da lei é dar nova vigência a determinada lei, ou seja, uma lei que tiver sido revogada volta a vigor por determinação expressa de uma nova lei.
- D A lei tem vigência até que a outra lei a revogue, ou, então, até que a lei nova com ela seja incompatível. Nesse caso, ocorre a derrogação da lei, ou seja, a revogação integral de uma lei anterior por uma posterior.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Segundo o art. 1.º, § 3.º, da LICC, “se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo desse artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr a partir da nova publicação”.
- B Errado. “A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes não revoga nem modifica a lei anterior” (art. 2.º, § 1.º, LICC).
- C Certo. Repristinação da lei significa a restauração de uma lei revogada e, para que ocorra a repristinação, esta deve ser expressa.
- D Errado. Derrogação é a revogação parcial de uma lei por outra; e ab-rogação é a revogação integral de uma lei anterior por uma posterior.

**QUESTÃO 33**

Quanto ao processo de execução, assinale a opção correta.

- A No processo civil, a citação é feita por via postal, exceto quando se tratar de processo de execução por título judicial ou extrajudicial, no qual o cumprimento do mandado de citação deve ser feito por meio de oficial de justiça.
- B No cumprimento da sentença, transcorrido o prazo para o devedor pagar ou oferecer bens à penhora, o oficial de justiça deverá, conforme o caso, penhorar ou arrestar os bens indicados pelo autor, ato do qual o devedor deverá ser intimado pessoalmente.
- C A responsabilidade é patrimonial, podendo ser originária ou secundária, e consiste no vínculo de natureza processual que sujeita os bens de uma pessoa à execução. Assim, a execução recai diretamente sobre o patrimônio do devedor, exceto nos casos de dívida de alimentos e de infidelidade de depositário.
- D O valor da causa nos embargos do devedor, como em qualquer outra ação incidental ou cautelar, deve ser igual ao valor atribuído à principal, pois, em virtude da subordinação existente entre a causa principal e a acessória, esta não tem valor próprio.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado, apesar da divergência existente quanto à aplicação da alínea "d" do art. 222 do CPC, que ressalva a impossibilidade de citação postal no processo de execução, em razão da alteração pela Lei 11.232/2005 no processo de execução de título judicial, deixando de tratá-lo como processo autônomo para passar a ser uma fase processual, dispensando-se nova citação.
- B Errado. Entre as modificações, ocorreu a da supressão da alternativa que o executado tinha de oferecer bens à penhora, no prazo de pagamento, ficando, agora, a critério do exequente a indicação, desde logo, na petição inicial, dos bens do executado passíveis de penhora, obedecida a ordem preferencial.
- C Certo. O crédito compreende um dever para o devedor e uma responsabilidade para o seu patrimônio. Sendo a responsabilidade patrimonial, não há execução sobre a pessoa do devedor, mas, apenas, sobre seus bens.
- D Errado. Não só na causa principal, mas em toda e qualquer ação, mesmo nas acessórias, nas cautelares e nas incidentais, é obrigatória a fixação do valor da causa, que será distinto daquele previamente atribuído à principal, e com ele não guardará necessária subordinação.

**QUESTÃO 34**

A respeito da petição inicial e da resposta do réu, assinale a opção correta.

- A Contra a decisão que indefere total ou parcialmente a petição inicial, o recurso cabível é a apelação. Quando for interposto esse recurso, cabe juízo de retratação da sentença, podendo o juiz modificar sua decisão e determinar a citação do réu.
- B O não-comparecimento do réu ao processo, para praticar uma das modalidades de resposta, gera, de regra, presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor e exonera o juiz de intimar o réu dos atos processuais praticados. No entanto, esse revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- C A reconvenção é cabível em qualquer procedimento, inclusive nas ações dúplices, desde que satisfeitos os pressupostos processuais e as condições da ação. Não obstante a autonomia da reconvenção, o manejo dela exige a sua apresentação em petição escrita, simultaneamente com a contestação.
- D Quando for proposta uma ação em que a pretensão do autor seja daquelas em que a matéria controvertida seja de direito ou, sendo de fato, já existam outras causas idênticas, poderá o juiz julgar liminarmente a lide, rejeitando ou acolhendo o pedido do autor.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Contra o ato que indefere parcialmente a inicial, o recurso cabível é o agravo (art. 522), porquanto não põe fim ao processo. Do ato que indefere totalmente a inicial, porque constitui sentença terminativa, o recurso cabível é a apelação (art. 513).
- B Certo. A revelia, de regra, acarreta duas conseqüências processuais: gera a presunção dos fatos afirmados pelo autor (art. 319 — efeito material da revelia) e exonera o juiz de intimar o réu dos atos processuais praticados (art. 322 — efeito processual).
- C Errado. A reconvenção é cabível em qualquer procedimento do processo de conhecimento. Entretanto, nas causas dúplices, como possessória e de prestação de contas, não cabe reconvenção. As ações de rito sumário também não comportam reconvenção, porquanto a lei prevê a possibilidade de formular pedido contraposto (art. 278, § 1.º, do CPC).
- D Errado. Prevê o art. 285-A do CPC que “Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada” (incluído pela Lei n.º 11.277/2006). Assim, a aplicação do artigo 285-A só se presta para rejeitar a demanda, nunca para acolhê-la.

**QUESTÃO 35**

Assinale a opção correta acerca da competência, em matéria civil, da justiça comum.

- A A prevenção define o juízo para o qual serão distribuídas, por dependência, novas ações, unidas à demanda anteriormente ajuizada por um dos vínculos previstos em lei. Além disso, determina o juízo, que terá sua competência prorrogada em razão da conexão ou continência.
- B As ações fundadas em direito pessoal ou direito real sobre bens imóveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu. No entanto, admite-se que haja prorrogação da competência para o foro da situação da coisa, se os litigantes assim o desejarem.
- C Segundo o princípio da perpetuação da competência, esta é fixada no momento em que o juiz determina a citação do réu, mas admite-se sua modificação posterior nas hipóteses de fixação pelo critério territorial ou pelo valor da causa.
- D Nas hipóteses de prorrogação da competência por conexão ou por continência, caso as ações já estejam em curso, mesmo sendo absoluta a competência, o juiz determinará a reunião das ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente pelo juiz prevento.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. A prevenção significa definição prévia de competência de determinado órgão jurisdicional e tem como conseqüência prática a distribuição das causas por dependência ao juízo prevento; e, correndo em separado as ações conexas ou continentes, o juiz prevento terá sua competência prorrogada.
- B Errado. Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis, é competente o foro da situação da coisa (art. 95 do CPC). Trata-se de competência funcional, portanto, absoluta, não admitindo prorrogação nem derrogação por vontade das partes.
- C Errado. De acordo com o art. 87 do CPC, são irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.
- D Errado. Somente a competência relativa pode ser prorrogada. Ademais, com relação à continência, se a causa menor foi proposta depois da continente, não haverá apensamento, uma vez que acerca dessa demanda já havia litispendência, o que determina a extinção do processo sem resolução do mérito (art. 267).

**QUESTÃO 36**

Com referência a intervenção de terceiros e a assistência, assinale a opção correta.

- A O terceiro que se sentir prejudicado ou que tiver seu direito ameaçado em virtude de uma pretensão discutida em juízo poderá ingressar na ação e nomear-se como legítimo detentor do direito disputado pelo autor, por meio do incidente denominado nomeação à autoria.
- B A assistência somente é admissível até o julgamento da apelação.
- C Tanto o autor quanto o réu têm legitimidade para requerer o chamamento ao processo do devedor principal, dos demais co-devedores solidários ou do fiador. Quando o chamamento for manejado pelo autor, permite-se o aditamento da petição inicial pelo chamado.
- D A denunciação à lide constitui uma nova ação, ou seja, é lide secundária em relação à ação principal, e, uma vez extinta a ação principal, resta prejudicada, por falta de objeto, a lide secundária.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. A nomeação à autoria consiste no dever que tem o réu, mero detentor da coisa litigiosa, erroneamente demandado em lugar do verdadeiro legitimado passivo, de indicar o proprietário ou possuidor para que responda a ação.
- B Errado. A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos graus de jurisdição; mas o assistente recebe o processo no estado em que se encontra (CPC, ARS. SO, p. único).
- C Errado. Apenas o réu tem legitimidade para requerer o chamamento ao processo do devedor principal ou dos demais devedores solidários.
- D Certo. A denunciação à lide consiste em demanda secundária incidental, possuindo caráter de prejudicialidade em relação ao resultado da ação principal, sendo que a extinção desta necessariamente alcançará a denunciação.

**QUESTÃO 37**

Acerca da tutela de urgência, assinale a opção correta.

- A O indeferimento de medida cautelar não obsta o ingresso da ação principal, mesmo quando tenha sido acolhida, na ação cautelar, alegação de prescrição ou decadência; tampouco influi em seu julgamento, pois, conquanto dependentes no plano da existência, guardam ambos autonomia no que vier a ser decidido acerca do mérito de ambas as demandas.
- B A indicação da ação principal a ser proposta e o seu fundamento são requisitos obrigatórios da petição inicial da medida cautelar preparatória; e o que se decide na ação cautelar é se há probabilidade do direito afirmado pelo autor e se esse direito, em face da demora do processo principal, corre risco de sofrer dano de difícil reparação.
- C Devido à urgência e celeridade, as decisões liminares proferidas no processo cautelar só podem ser concedidas se a petição inicial estiver acompanhada de prova pré-constituída e inequívoca do direito afirmado pelo requerente e se houver risco iminente de perigo, não se admitindo, para esse fim, a prova testemunhal.
- D O juiz poderá antecipar, de ofício ou a requerimento da parte autora, os efeitos da tutela pretendida, desde que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Se for acolhida a alegação de prescrição e decadência, o processo vai compor definitivamente a demanda, o que impede, por força da coisa julgada, a instauração de demanda principal acerca do direito atingido pela decadência ou por ação que tenha sido declarada prescrita.
- B Certo. Nos termos do art. 801, III, do CPC, o requerente da medida cautelar preparatória deverá indicar, na inicial, a lide e seu fundamento. Os requisitos da ação cautelar (*fumus boni iuris* e *periculum in mora*) são comprovados de maneira superficial e provisória.
- C Errado. São requisitos para a concessão da medida cautelar: probabilidade da existência do direito afirmado pelo requerente; fundado receio de que o direito afirmado sofra um dano irreparável ou de difícil reparação. Portanto, não existe a necessidade da demonstração na petição inicial da prova preconstituída.
- D Errado. A antecipação de tutela não pode ser concedida de ofício, mas somente a requerimento da parte (art. 273 do CPC); ademais, somente quando houver prova inequívoca, e o juiz se convença da verossimilhança da alegação.



**QUESTÃO 38**

De acordo com o sistema recursal do Código de Processo Civil, o agravo de instrumento pode ser interposto, entre outros atos judiciais,

- A do ato pelo qual o juiz determina a juntada de documento produzido pela parte.
- B do ato pelo qual o juiz decide os embargos à execução fundada em título executivo extrajudicial.
- C do ato pelo qual o juiz ordena a anotação, no registro de distribuição, do oferecimento de reconvenção.
- D do ato pelo qual o juiz julga a liquidação de sentença.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Trata-se de mero despacho, e, pois, irrecorrível (CPC, art. 162, § 3.º e art. 504).
- B Errado. Trata-se de sentença, passível de impugnação mediante apelação (CPE, art. 513).
- C Errado. Trata-se de despacho, e, pois, irrecorrível (CPC, art. 162, § 3.º, e art. 504).
- D Certo (CPC, art. 475-H).

**QUESTÃO 39**

No que se refere a matéria de recursos cíveis e à atuação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

- A A cognição do STJ, no julgamento do recurso especial, abrange as questões de fato, podendo a Corte reexaminar a prova produzida.
- B Conhecimento e provimento de um recurso são expressões equivalentes.
- C Pode o STJ conhecer de um recurso especial e, no mérito, dar-lhe ou negar-lhe provimento.
- D Pode o STJ conhecer de recurso especial interposto sob a alegação de que a decisão recorrida violou diretamente a Constituição Federal.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. O recurso especial somente enseja a apreciação e o reexame de questões de direito federal (infraconstitucional).
- B Errado. O conhecimento de um recurso diz respeito ao juízo acerca de sua admissibilidade; o provimento de um recurso pressupõe o seu conhecimento e diz respeito ao juízo de mérito.
- C Certo. O conhecimento do recurso especial abre ao STJ a possibilidade de considerá-lo fundado (e, por isso, dar-lhe provimento) ou infundado (hipótese em que lhe nega provimento).
- D Errado. A alegação de ofensa à Constituição Federal pode fundamentar a interposição de recurso extraordinário, mas, não, de recurso especial.

**QUESTÃO 40**

Com relação ao litisconsórcio, é correto afirmar que

- A todo litisconsórcio necessário é também unitário.
- B o litisconsórcio formado entre os réus de uma ação anulatória de um mesmo negócio jurídico é unitário.
- C as vítimas de um mesmo acidente de trânsito podem agir em litisconsórcio contra quem o causou, para exigir-lhe perdas e danos, sendo unitário o litisconsórcio assim formado.
- D consumidores que se dizem individualmente lesados em virtude do consumo do mesmo produto podem agir em litisconsórcio contra o produtor, para exigir-lhe perdas e danos, sendo necessário o litisconsórcio assim formado.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. O litisconsórcio pode ser necessário e não-unitário (por exemplo, na ação de usucapião).
- B Certo. O julgamento do mérito da ação anulatória será forçosamente uniforme para todos os réus, desconstituindo-se, ou não, o negócio impugnado.
- C Errado. A hipótese é de litisconsórcio não-unitário, pois a sentença de mérito pode, em tese, não ser uniforme em relação a todos os litisconsortes.
- D Errado. A hipótese é de litisconsórcio não-necessário, pois cada consumidor poderia, em tese, ajuizar sua ação individual.

**QUESTÃO 41**

No processo civil, cabe ao Ministério Público oficiar obrigatoriamente,

- A nas causas concernentes ao estado das pessoas, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade.
- B nas ações relativas à locação de imóveis residenciais urbanos, independentemente da qualidade das partes.
- C nas ações populares, nas ações civis públicas e em quaisquer processos de inventário *causa mortis*.
- D em quaisquer processos nos quais o juiz reputar conveniente a intervenção do Ministério Público, na condição de fiscal da lei.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo, de acordo com o art. 82, II, do CPC.
- B Errado. A lei do inquilinato não formula tal exigência.
- C Errado. Os processos de inventário *causa mortis*, quando não envolvem interesses de incapazes ou cumprimento de testamento, desenvolvem-se sem a intervenção do ministério público.
- D Errado. A intervenção do ministério público se dá nas hipóteses indicadas na lei, não podendo o juiz determiná-la, fora desses casos, sob a alegação de conveniência.

**QUESTÃO 42**

Nas sentenças proferidas pelos juizados especiais cíveis de que trata a Lei n.º 9.099/1995, dispensa-se

- A o relatório.
- B a motivação.
- C o dispositivo.
- D a assinatura do juiz sentenciante.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo, de acordo com o art. 38 da Lei n.º 9.099/95.
- B Errado. A motivação das decisões judiciais é, sempre, exigência constitucional.
- C Errado. O dispositivo é sempre essencial, pois é nele que se insere o julgamento.
- D Errado. Sentença sem assinatura do juiz é ato processual inexistente.

**QUESTÃO 43**

No que se refere ao campo de aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a opção correta.

- A O conceito de consumidor restringe-se às pessoas físicas que adquirem produtos como destinatárias finais da comercialização de bens no mercado de consumo.
- B O conceito de fornecedor envolve o fabricante, o construtor, o produtor, o importador e o comerciante, os quais responderão solidariamente sempre que ocorrer dano indenizável ao consumidor.
- C O conceito de produto é definido como o conjunto de bens corpóreos, móveis ou imóveis, que sejam oferecidos pelos fornecedores para consumo pelos adquirentes.
- D O conceito de serviço engloba qualquer atividade oferecida no mercado de consumo, mediante remuneração, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. De acordo com o art 2.º da Lei 8.078/90, o conceito envolve também pessoas jurídicas.
- B Errado. De acordo com o art. 13 da Lei 8.078/90, a responsabilidade do comerciante poderá ser diferenciada.
- C Errado. De acordo com o art. 13 da Lei 8.078/90, esse conceito envolve também bens imateriais.
- D Certo, conforme art. 3.º da Lei 8.078/90.

**QUESTÃO 44**

Considerando-se a relação jurídica em face da proteção contratual ordenada pelo CDC, é correto afirmar que um consumidor que tenha comprado produto mediante pagamento em 10 prestações

- A dispõe de até 7 dias para desistir da compra realizada, desde que ela tenha sido efetuada no estabelecimento comercial do fornecedor.
- B pode escolher, no ato da compra, se a garantia do fornecedor contra defeitos aparentes ou ocultos que ocorram no produto adquirido será ou legal ou contratual.
- C pode liquidar antecipadamente o débito em questão, total ou parcialmente, exigindo redução proporcional dos juros cobrados.
- D deve ser imediatamente indenizado caso o produto apresente problemas, preferencialmente mediante abatimento do valor da indenização nas prestações vincendas.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Conforme o art. 49 da Lei 8.078/90, só para compras fora do estabelecimento.
- B Errado. Conforme o art. 50 da Lei 8.078/90, a garantia legal é complementar à legal, e, não, alternativa.
- C Certo, de acordo com o art. 52, §2.º, da Lei 8.078/90.
- D Errado. Não há previsão legal nesse sentido.

**QUESTÃO 45**

Acerca da medida socioeducativa de internação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta.

- A Essa medida somente pode ser aplicada em caso de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.
- B Não é permitida a realização de atividades externas pelo interno, salvo com expressa autorização judicial.
- C Quando não houver local apropriado, o adolescente poderá permanecer em estabelecimento prisional destinado a maiores, desde que haja critérios de separação por sexo e gravidade da infração.
- D A liberação será compulsória aos dezoito anos de idade.

**Questão anulada**

**Justificativa da anulação:** a questão assevera que a "medida socioeducativa de internação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (...) somente pode ser aplicada em caso de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa". No entanto, há outros casos em que essa medida pode ser aplicada, desde que haja reiteração. Como a questão não deixa claro se tal circunstância é válida ou não, a banca revisora recomenda a anulação da questão.

**QUESTÃO 46**

Sobre a aplicação da lei penal e da lei processual penal, assinale a opção **incorreta**.

- A Os atos processuais realizados sob a vigência de lei processual anterior são considerados válidos, mesmo após a revogação da lei.
- B As normas processuais têm aplicação imediata, ainda que o fato que deu origem ao processo seja anterior à entrada em vigor dessas normas.
- C O dispositivo constitucional que estabelece que a lei não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, aplica-se à lei penal e à lei processual penal.
- D Lei penal que substitua outra e que favoreça o agente aplica-se aos fatos anteriores à sua entrada em vigor, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. É o que se compreende do art. 2.º do Código de Processo Penal: a lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- B Certo. É a aplicação do princípio da aplicação imediata ou *tempus regit actum*, aplicável ao processo penal (art. 2.º).
- C Errado (**gabarito**). Aplica-se somente à lei penal (art. 5.º, XL, da CF).
- D Certo. É a redação do parágrafo único do art. 2.º do Código Penal — princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.

**QUESTÃO 47**

Alonso, com evidente intenção homicida, praticou conduta compatível com a vontade de matar Betina.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Caso Alonso interrompesse voluntariamente os atos de execução, caracterizar-se-ia desistência voluntária, e ele só responderia pelos atos já praticados.
- B Caso Alonso utilizasse os meios que tinha ao seu alcance para atingir a vítima, mas não conseguisse fazê-lo, ele só responderia por expor a vida de terceiro a perigo.
- C Caso Alonso fosse interrompido, durante os atos de execução, por circunstâncias alheias à sua vontade, não chegando a fazer tudo que pretendia para consumir o crime, não se caracterizaria a tentativa de homicídio, mas lesão corporal.
- D Caso Alonso não fosse interrompido e, após praticar tudo o que estava ao seu alcance para consumir o crime, resolvesse impedir o resultado, obtendo êxito neste ato, caracterizar-se-ia o arrependimento posterior, mas ficaria afastado o arrependimento eficaz.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. É o que determina o art. 15 do CP: o agente que voluntariamente desiste de prosseguir na execução só responde pelos atos já praticados.
- B Errado. O caso descrito caracteriza tentativa branca, contudo o agente responderá por tentativa de homicídio, visto que esta é a intenção demonstrada.
- C Errado. A interrupção durante o ato de execução é tentativa imperfeita. Na perfeita, o agente esgota os atos de execução, contudo a consumação não ocorre por circunstâncias alheias à sua vontade.
- D Errado. O caso dado caracteriza arrependimento eficaz. Arrependimento posterior só cabe em crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, desde que reparado o dano ou restituída a coisa.

**QUESTÃO 48**

Entre as circunstâncias que sempre atenuam a pena, **não** está incluído o fato de o agente

- A desconhecer a lei.
- B ter cometido o crime sob coação a que pudesse resistir.
- C ter cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o tiver provocado.
- D ter cometido o crime em ocasião de incêndio, inundação ou qualquer calamidade pública.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Esta hipótese está prevista no art. 65, II, do CP, que estabelece as circunstâncias que sempre atenuam a pena.
- B Errado. Esta hipótese está prevista no art. 65, III, c, do CP, que estabelece as circunstâncias que sempre atenuam a pena.
- C Errado. Esta hipótese está prevista no art. 65, III, e, do CP, que estabelece as circunstâncias que sempre atenuam a pena.
- D Certo. Esta hipótese é uma agravante da pena e está prevista no art. 61, II, j, do CP.

**QUESTÃO 49**

É elemento do crime culposo

- A a observância de um dever objetivo de cuidado.
- B o resultado lesivo não querido, mas assumido, pelo agente.
- C a conduta humana voluntária, sempre comissiva.
- D a previsibilidade.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. É a inobservância de um dever objetivo de cuidado que caracteriza o delito culposo.
- B Errado. O resultado não é querido, nem assumido, pelo agente. Se for assumido, trata-se de dolo eventual.
- C Errado. A conduta humana pode ser comissiva ou omissiva.
- D Certo. O fato deve ser previsível ao agente; se escapar totalmente à previsibilidade, o resultado não lhe pode ser atribuído, mas, sim, ao caso fortuito ou à força maior.

**QUESTÃO 50**

Acerca do instituto da prescrição penal e seus efeitos, assinale a opção correta.

- A A partir do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, começa a correr o prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- B O reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva significa que o réu pode ser considerado reincidente caso pratique novo crime.
- C Ocorrendo a prescrição da pretensão executória, o título executório é formado com o trânsito em julgado; entretanto, o Estado perde o direito de executar a sentença penal condenatória.
- D Ocorrendo a prescrição da pretensão executória, a vítima não tem à sua disposição o título executivo judicial para promover a liquidação e execução cível.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. A prescrição da pretensão punitiva ocorre antes do trânsito em julgado da sentença.
- B Errado. O réu permanece primário e sem antecedentes.
- C Certo. O Estado não pode mais executar a pena em face do decurso do tempo, contudo o título, a sentença, existe.
- D Errado. A vítima tem o título executivo judicial, que é a sentença penal condenatória transitada em julgado, para promover a liquidação e execução cível.

**QUESTÃO 51**

Acerca das modificações penais e processuais penais introduzidas pela Lei n.º 11.343/2006 — Lei de Tóxicos — com relação à figura do usuário de drogas, assinale a opção correta.

- A A conduta daquele que, para consumo pessoal, cultiva plantas destinadas à preparação de substância capaz de causar dependência física ou psíquica permanece sem tipificação.
- B É possível, além das penas de advertência, prestação de serviços à comunidade ou medida educativa, a imposição de pena privativa de liberdade ao usuário de drogas.
- C O porte de drogas tornou-se infração de menor potencial ofensivo, estando sujeito ao procedimento da Lei n.º 9.099/1995, que dispõe sobre os juizados especiais criminais.
- D Poderá ser imposta ao usuário de drogas prisão em flagrante, devendo o autuado ser encaminhado ao juízo competente para que este se manifeste sobre a manutenção da prisão, após a lavratura do termo circunstanciado.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. A conduta foi tipificada no art. 28, §1.º, da Lei n.º 11.343/2006.
- B Errado. Não há possibilidade de imposição de pena privativa de liberdade.
- C Certo. É o que determina o art. 48, §1.º, da Lei n.º 11.343/2006.
- D Errado. Não se imporá prisão em flagrante, devendo ser encaminhado ao juízo competente ou, na falta deste, assumir o compromisso de a ele comparecer, lavrando-se termo circunstanciado, conforme art. 48, §2.º, da Lei n.º 11.343/2006.

**QUESTÃO 52**

Leonardo, indignado por não ter recebido uma dívida referente a venda de cinco cigarros, desferiu facadas no devedor, que, em razão dos ferimentos, faleceu. Logo após o fato, Leonardo escondeu o cadáver em uma gruta.

Com base na situação hipotética acima, é correto afirmar que

- A a ocultação de cadáver é crime permanente.
- B há concurso formal entre o homicídio e a ocultação de cadáver.
- C Leonardo praticou crime de homicídio qualificado por motivo torpe.
- D o fato de Leonardo ter cometido o crime por não ter recebido uma dívida é circunstância que agrava a pena.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. É permanente porque o crime se prolonga no tempo.
- B Errado. É concurso material porque, mediante mais de uma ação, o agente praticou dois crimes (art. 69 do CP).
- C Errado. Trata-se de motivo fútil, visto que há desproporcionalidade entre o motivo e o comportamento do agente.
- D Errado. Na situação hipotética, o motivo do crime é qualificador, portanto não pode agravar a pena, conforme art. 61 do CP.

**QUESTÃO 53**

Com relação ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- A É indispensável a assistência de advogado ao indiciado, devendo ser observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
- B A instauração de inquérito policial é dispensável caso a acusação possua elementos suficientes para a propositura da ação penal.
- C Trata-se de procedimento escrito, inquisitivo, sigiloso, informativo e disponível.
- D A interceptação telefônica poderá ser determinada pela autoridade policial, no curso da investigação, de forma motivada e observados os requisitos legais.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. É um procedimento, portanto não se aplicam as garantias constitucionais processuais.
- B Certo. É dispensável conforme preceituam os art.º 12, 27, 39, § 5.º, e 46, § 1.º, do CPP.
- C Errado. É indisponível, porque a autoridade policial não pode arquivá-lo, conforme dispõe art. 17 do CPP.
- D Errado. A CF e a Lei 9.296/96 estabelecem que só por ordem judicial poderá ser feita a interceptação.

**QUESTÃO 54**

Extingue a punibilidade do agente

- A a decadência, nos crimes de ação penal privada e pública incondicionada.
- B a renúncia, nos crimes de ação penal privada subsidiária da pública.
- C a perempção, nos crimes de ação penal privada.
- D o perdão, nos crimes de ação penal pública condicionada à representação.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. A decadência se aplica a ação penal privada e condicionada à representação.
- B Errado. A renúncia não se aplica a ação penal privada subsidiária, porque o Ministério Público é o titular da ação.
- C Certo. A perempção se aplica apenas na ação penal privada, por ser de iniciativa do ofendido e vigorar o princípio da disponibilidade.
- D Errado. O perdão se aplica apenas na ação penal privada. Na ação penal pública condicionada, o Ministério Público é o titular da ação e não pode desistir.

**QUESTÃO 55**

É compatível com a Constituição Federal de 1988

- A o processo iniciado, de ofício, pela autoridade policial ou judiciária.
- B a prisão processual.
- C a prisão para averiguação.
- D a busca domiciliar determinada pela autoridade policial.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Com o advento do art. 129, I, da CF, somente o Ministério Público pode promover a ação penal pública. Antes, as autoridades policial e judiciária também tinham competência para iniciar a ação penal.
- B Certo. É a prisão processual, com finalidade cautelar e que não ofende o princípio da inocência desde que presentes os requisitos legais.
- C Errado. É inconstitucional, porque é a prisão fora das hipóteses de flagrante e sem ordem escrita do juiz competente.
- D Errado. A busca domiciliar deve ser feita com mandado judicial ou pessoalmente pelo juiz.

**QUESTÃO 56**

Assinale a opção correta acerca da citação.

- A São formas de citação do réu no processo penal e no civil: por mandado, por edital e por hora certa.
- B O processo e o curso do prazo prescricional ficarão suspensos no caso do réu que, citado por edital, não comparecer ao interrogatório nem constituir advogado.
- C O processo prosseguirá sem a presença do réu que se oculta para não ser citado, desde que certificado pelo oficial de justiça.
- D Nos processos penal e civil, é efeito da citação válida a interrupção da prescrição.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. No processo penal, não existe citação por hora certa.
- B Certo. É o que estabelece o art. 366 do CPP, em face do direito à informação e do princípio do contraditório e ampla defesa.
- C Errado. Caso o réu se oculte para não ser citado, deve ser citado por edital, conforme dispõe o art. 362 do CPP.
- D Errado. No processo penal, o único efeito da citação é completar a relação jurídico-processual com o surgimento do réu.

**QUESTÃO 57**

Assinale a opção correta no que se refere a procedimentos e nulidades.

- A No procedimento do juiz singular, após a oitiva das testemunhas, é aberto prazo para a apresentação das alegações finais.
- B A apresentação de defesa prévia ou de alegações preliminares é mera faculdade processual, mas a falta de concessão de prazo gera nulidade.
- C O interrogatório do réu é ato privativo do juiz, sendo dispensável a presença de defensor.
- D A defesa deficiente gera nulidade absoluta, sendo presumido o prejuízo.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Não para a fase das diligências, de acordo com o art. 499 do CPP.
- B Certo. Não é obrigatória sua apresentação, conforme dispõe o art. 395 do CPP. Mas a falta de concessão de prazo gera nulidade, de acordo com o art. 564, III, e, do CPP.
- C Errado. É indispensável a presença de defensor, conforme o art. 185 do CPP.
- D Errado. A deficiência na defesa só gera nulidade se houver prova de prejuízo para o réu.

**QUESTÃO 58**

Com relação a recursos, assinale a opção correta.

- A O recurso em sentido estrito será declarado deserto caso o réu fuja após haver recorrido.
- B No julgamento de apelação de decisão do tribunal do júri em que a sentença seja contrária à decisão dos jurados, o tribunal *ad quem* deve determinar que o réu seja submetido a novo júri, em respeito à soberania dos veredictos.
- C No julgamento de apelação de decisão do tribunal do júri em que a decisão dos jurados seja manifestamente contrária à prova dos autos, o tribunal *ad quem* deve determinar que o réu seja submetido a novo júri, em respeito à soberania dos veredictos.
- D Na apelação das decisões proferidas por juiz singular, admite-se o juízo de retratação.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Só a apelação pode ser declarada deserta em caso de fuga, conforme o art. 595 do CPP.
- B Errado. Houve erro do juiz e não do júri, o tribunal *ad quem* pode retificar, de acordo com o art. 593, §1.º, do CPP.
- C Certo. Houve erro do júri, só outro júri pode decidir, conforme art. 593, §3.º, do CPP.
- D Errado. A retratação só é admitida no recurso em sentido estrito, conforme art. 589 do CPP.

**QUESTÃO 59**

Acerca dos crimes hediondos, assinale a opção correta.

- A O rol dos crimes enumerados na Lei n.º 8.072/1990 não é taxativo.
- B É possível o relaxamento da prisão por excesso de prazo.
- C O prazo da prisão temporária em caso de homicídio qualificado é igual ao de um homicídio simples.
- D Em caso de sentença condenatória, o réu não poderá apelar em liberdade, independentemente de fundamentação do juiz.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. É taxativo.
- B Certo. De acordo com a Súmula 697 do STF, a proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos não veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo.
- C Errado. É maior. Homicídio simples não é hediondo. Em caso de homicídio simples, o prazo é de 5 dias, no de hediondo/qualificado, o prazo é de 30 dias.
- D Errado. O art. 2.º, §2.º, da lei estabelece que o juiz decidirá, fundamentadamente, se o réu poderá apelar em liberdade.

**QUESTÃO 60**

No processo penal, os instrumentos utilizáveis pela defesa e pela acusação incluem

- A a revisão criminal.
- B os embargos infringentes.
- C o protesto por novo júri.
- D a carta testemunhável.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Ação exclusiva da defesa (art. 623 do CPP).
- B Errado. Recurso exclusivo da defesa (art. 609, parágrafo único, do CPP).
- C Errado. Recurso exclusivo da defesa (art. 607 do CPP).
- D Certo. Qualquer parte pode (art. 639 do CPP).

**QUESTÃO 61**

Um conflito de competência existente entre um juiz do trabalho e um juiz federal deve ser julgado

- A pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- B por um tribunal regional federal.
- C pelo STJ.
- D pelo STF.

**JUSTIFICATIVA**

- A Errado.
- B Errado.
- C Certo. Os conflitos de competência entre juízes vinculados a tribunais diversos devem ser julgados pelo STJ, conforme disposto no art. 105, inciso I, alínea d, da Constituição Federal.
- D Errado.

**QUESTÃO 62**

A contagem do prazo da estabilidade de empregada gestante tem como marco inicial a data

- A do parto.
- B da comunicação ao empregador da confirmação da gravidez.
- C da concepção do feto.
- D da confirmação da gravidez.

**Questão anulada**

**Justificativa da anulação:** há dupla interpretação jurisprudencial para a solução da questão proposta. O marco inicial para a contagem do prazo de estabilidade de empregada gestante tanto pode ser a confirmação da gravidez como a concepção do feto. Portanto a questão admite duas respostas possíveis.

**QUESTÃO 63**

José, que prestou concurso público para concorrer a uma vaga em uma empresa pública estadual, foi aprovado, tendo iniciado suas atividades em 20 de outubro de 2003. Em 20 de outubro de 2007, José foi demitido sem justa causa.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- E A José não é garantida a estabilidade prevista na Constituição Federal, sendo possível a sua demissão sem justa causa.
- F Como se trata de empresa pública, José deveria ter sido contratado segundo as regras da Lei n.º 8.112/1990, e não poderia ter sido demitido sem justa causa.
- G José não poderia ter sido demitido sem justa causa, visto que já adquirira a estabilidade prevista na Constituição Federal, por ter, à época da demissão, mais de três anos de efetivo exercício.
- H A demissão, sem justa causa, de José somente seria possível em caso de extinção da empresa.

**JUSTIFICATIVA**

- A Certo. A Súmula 390 do TST não reconhece a estabilidade de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, ainda que tenham sido contratados mediante concurso público.
- B Errado.
- C Errado.
- D Errado.

**QUESTÃO 64**

Suponha-se que um empregado tenha sido demitido sem justa causa da empresa para que trabalhava e que esta não lhe tenha fornecido as guias do seguro desemprego. Nessa situação, caso o empregado tenha interesse em mover algum tipo de ação contra a empresa para obter indenização pelo não-fornecimento das guias do seguro-desemprego, ele deve ingressar com ação

- A em vara cível da justiça comum estadual.
- B na justiça do trabalho.
- C na justiça federal.
- D em juizado especial cível da justiça comum estadual.

**JUSTIFICATIVA**

- A Errado.
- B Certo. A ação deve ser interposta na justiça do trabalho. Esse é o entendimento pacífico do TST, por intermédio da Súmula 389.
- C Errado.
- D Errado.

**QUESTÃO 65**

Considerando que uma empresa que se encontre em liquidação extrajudicial apresente recurso ordinário de uma sentença de 1.º grau, mas não efetue o pagamento das custas, tampouco realize o depósito recursal, assinale a opção correta.

- A As empresas em liquidação extrajudicial equiparam-se a uma massa falida, por isso gozam do privilégio de não precisar efetuar o depósito recursal, nem recolher as custas processuais para recorrer.
- B O recurso da empresa deve ser considerado deserto, pois empresa em liquidação extrajudicial não goza do mesmo benefício concedido às massas falidas.
- C O juiz deve mandar intimar a empresa para fazer o recolhimento das custas e efetuar o depósito recursal, no prazo de 5 dias, sob pena de o recurso ser considerado deserto.
- D O juiz deve mandar processar o recurso da forma como se encontra, e o tribunal julgará a questão do pagamento das custas e do depósito recursal.

**JUSTIFICATIVA**

- A Errado.
- B Certo. A Súmula 86 do TST concede às massas falidas o benefício de poder recorrer sem efetuar o pagamento das custas, nem proceder o depósito recursal. Contudo, o mesmo benefício não se estende às empresas em liquidação extrajudicial.
- C Errado.
- D Errado.

**QUESTÃO 66**

Joel, advogado do Banco Cifrão S.A., ingressou com uma reclamação trabalhista alegando que, por exercer a advocacia no banco, é detentor de função de confiança e, conseqüentemente, possui direito a gratificação.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Por exercer a advocacia em um banco, Joel tem direito à gratificação de um terço do seu salário, já que ocupa função de confiança.
- B A função de advogado, em banco, é equiparada à de gerente, em razão da importância da sua função, e, por esse motivo, Joel deve receber gratificação.
- C O advogado não deve receber gratificação, pois, como advogado, não pode exercer cargo de confiança no banco.
- D O advogado não tem direito à gratificação pleiteada, pois o fato de exercer a advocacia não é suficiente para qualificar a função como de confiança.

**JUSTIFICATIVA**

- A Errado.
- B Errado.
- C Errado.
- D Certo. O simples fato de exercer a advocacia em um banco não qualifica a função do advogado como de confiança. Dessa forma, a gratificação prevista no art. 224, § 2.º, da CLT não pode ser aplicada, conforme entendimento expresso na Súmula 102 do TST.

**QUESTÃO 67**

Em uma audiência inaugural, compareceu o advogado da reclamada, o qual estava munido do instrumento de procuração e da defesa. O preposto não compareceu. O juiz, então, aplicou a revelia, argumentando que o representante legal da empresa não estava presente.

Diante do problema apresentado na situação hipotética acima,

- A está correto o posicionamento do juiz, uma vez que a presença do preposto ou representante legal da reclamada é obrigatória na audiência, não sendo suficiente a presença do advogado para apresentar contestação.
- B o juiz deveria ter suspenso a audiência e determinado a intimação da reclamada para tal ato em nova data por ele designada.
- C o juiz deveria ter recebido a defesa trazida pelo advogado e afastado a revelia.
- D caberia ao juiz conceder a palavra ao advogado do reclamante, pois, em caso de concordância deste, o juiz poderia receber a contestação apresentada pelo advogado da reclamada, mesmo sem a presença do preposto.

**JUSTIFICATIVA**

- A Certo. O posicionamento da revelia é pacífico no TST, estando, inclusive, a matéria sumulada. Somente a apresentação do atestado médico que comprovasse a incapacidade de locomoção do preposto seria capaz de afastar a revelia. Posicionamentos no sentido de receber a contestação, sob o entendimento de que seria um ato de defesa, são minoritários e, não, dominantes. Esse é o entendimento expresso na Súmula 122 do TST.
- B Errado.
- C Errado.
- D Errado.

**QUESTÃO 68**

Alfredo, advogado da empresa Casa Nova, apresentou recurso de revista contra acórdão do tribunal regional do trabalho (TRT) que teria sido desfavorável à empresa. Nos fundamentos do recurso, Alfredo argumentou que o depoimento da única testemunha apresentada pelo reclamante não havia comprovado o direito alegado na inicial e que, portanto, a sentença de 1.º grau, confirmada no TRT, deveria ser reformada.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A O recurso de revista deve ser conhecido e provido pelo TST, já que a prova apresentada pelo reclamante no processo não foi suficiente para comprovar o seu direito.
- B O advogado da empresa deveria ter interposto, juntamente com o recurso de revista, o recurso extraordinário para o STF.
- C Não é cabível a interposição de recurso de revista para reexame de fatos e provas.
- D Como a sentença de 1.º grau foi confirmada pelo TRT, não seria cabível a interposição de qualquer recurso para o TST.

**JUSTIFICATIVA**

- A Errado.
- B Errado.
- C Certo. No problema apresentado, fica bastante claro que o objetivo do recurso é submeter a análise, perante o TST, de fatos e de provas produzidos no processo. De acordo com a Súmula 126 do TST, não é cabível recurso de revista para reexame de fatos e de provas.
- D Errado.



**QUESTÃO 69**

Joaquim foi aposentado por invalidez no dia 3 de agosto de 2001 e, no dia 30 de outubro de 2007, o INSS cancelou a aposentadoria por considerar que, tendo cessado o motivo da invalidez, Joaquim estaria, a partir daquela data, apto novamente a exercer normalmente suas funções.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A Joaquim teria o direito de retornar ao emprego.
- B O INSS não poderia ter cancelado a aposentadoria por invalidez após o transcurso de cinco anos.
- C O cancelamento da aposentadoria por invalidez não garantiria o retorno de Joaquim ao emprego.
- D A aposentadoria por invalidez é definitiva, portanto não poderia ser cancelada em nenhuma situação.

**JUSTIFICATIVA**

- A Certo. Cancelada a aposentadoria por invalidez, mesmo após 5 anos, o empregado tem o direito de retornar ao emprego, sendo facultado à empresa, contudo, efetuar o pagamento da indenização correspondente. Esse é o entendimento expresso na Súmula 160 do TST.
- B Errado.
- C Errado.
- D Errado.

**QUESTÃO 70**

A partir do mês de agosto de 2007, a empresa Pedra Branca Ltda., onde trabalha Alberto, deixou de pagar os salários dos empregados, alegando sérias dificuldades financeiras, mas sempre sustentando que viabilizaria novos contratos para resolver a crise. Durante 4 meses seguidos, Alberto trabalhou sem receber os salários.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A Alberto pode pleitear na justiça do trabalho a rescisão indireta do seu contrato de trabalho, por descumprimento das cláusulas contratuais por parte do empregador.
- B Alberto pode deixar de trabalhar, por iniciativa própria, até que a empresa regularize o pagamento dos salários.
- C Dificuldade financeira grave é motivo justificante para a empresa atrasar temporariamente o salário dos empregados.
- D Não existe qualquer tipo de irregularidade praticada pela empresa, que pode atrasar, por até 6 meses, o pagamento de salários, sem que essa atitude justifique rescisão do contrato por parte do empregado.

**JUSTIFICATIVA**

- A Certo. Atraso de salário por período superior a 03 meses autoriza o empregado a buscar a rescisão indireta do contrato de trabalho, com fundamento no art. 483, alínea d, da CLT.
- B Errado.
- C Errado.
- D Errado.

**QUESTÃO 71**

Jurandir, empregado da Empresa Alfa Ltda., em um domingo, quando gozava seu descanso semanal remunerado, discutiu com Pedro em um bar, agredindo-o fisicamente. No processo criminal movido por Pedro, por lesões corporais leves, Jurandir se beneficiou da suspensão condicional do processo, mediante o pagamento de cestas básicas a uma instituição de caridade, além da restrição de não poder se ausentar da cidade enquanto perdurasse o período de suspensão. Ao tomar conhecimento do processo criminal, André, proprietário da Empresa Alfa, demitiu Jurandir por justa causa.

Com relação à situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A A suspensão condicional do processo, por ser uma espécie de condenação criminal, é motivo suficiente para a demissão por justa causa aplicada a Jurandir.
- B O processo criminal não é motivo para demissão por justa causa, salvo nos casos de condenação imposta que torne impossível a continuidade do trabalho.
- C A conduta praticada por Jurandir é ofensiva à boa fama da empresa, o que ensejaria uma demanda por danos morais, mas não justificaria demissão por justa causa.
- D A demissão por justa causa foi bem aplicada, haja vista o mau procedimento de Jurandir.

**JUSTIFICATIVA**

- A Errado.
- B Certo. O art. 482 da CLT especifica as hipóteses de justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador. A condenação criminal enseja a aplicação da justa causa quando o cumprimento da pena tornar inviável a continuidade do trabalho. Ademais, os casos de mau procedimento dizem respeito a condutas praticadas pelo empregado em serviço e, não, em horário de descanso semanal remunerado.
- C Errado.
- D Errado.

**QUESTÃO 72**

Assinale a opção correta, considerando que, em determinado processo, tenha sido sugerido haver conflito de competência funcional entre o TRT e uma vara do trabalho a ele vinculada.

- A Não se configura conflito de competência entre TRT e vara do trabalho a ele vinculada.
- B O TRT deverá julgar o conflito.
- C O TST deverá julgar o conflito.
- D O STF deverá julgar o conflito.

**JUSTIFICATIVA**

- A Certo. A Súmula 420 do TST determina que não se reconhece conflito de competência funcional entre tribunal regional do trabalho e vara do trabalho a ele vinculada.
- B Errado.
- C Errado.
- D Errado.

**QUESTÃO 73**

A Empresa Caixa Grande Ltda. contratou Augusto, advogado, para interpor recurso de revista em um processo trabalhista. Augusto, que não possuía procuração nos autos, interpôs o recurso, pleiteando prazo para a juntada posterior do instrumento de procuração.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O desembargador-presidente do TRT deve abrir vista para que o advogado junte a procuração, antes de processar o recurso para o TST.
- B É inadmissível, em instância de recurso, o protesto para juntada posterior de procuração.
- C O ministro-relator, no TST, deve determinar a juntada da procuração, antes de proceder à análise do recurso.
- D A procuração pode ser juntada a qualquer tempo no processo.

**JUSTIFICATIVA**

- A Errado.
- B Certo. A Súmula 383 do TST estabelece que é inadmissível, em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração, independentemente do pedido de juntada posterior, formulado pelo advogado.
- C Errado.
- D Errado.

**QUESTÃO 74**

Alfredo, empregado da Empresa Mala Direta S.A., ao perceber que a empresa não havia providenciado o seu cadastro no PIS, procurou a diretoria da empresa para sanar a omissão, obtendo como resposta que a empresa não tomaria qualquer providência a esse respeito.

Nessa situação, caso Alfredo venha a demandar contra a empresa, objetivando o cadastramento no PIS, ele deve mover a ação perante

- A a justiça federal.
- B a justiça comum estadual.
- C o STJ.
- D a justiça do trabalho.

**JUSTIFICATIVA**

- A Errado.
- B Errado.
- C Errado.
- D Certo. A Súmula 300 do TST determina que é da justiça do trabalho a competência para processar e julgar ações ajuizadas por empregados em face de empregadores relativas ao cadastramento no PIS.

**QUESTÃO 75**

Contra as decisões dos juízes do trabalho, nas execuções, cabe(m)

- A recurso ordinário.
- B apelação.
- C agravo de petição.
- D embargos do devedor.

**JUSTIFICATIVA**

- A Errado.
- B Errado.
- C Certo. De acordo com o art. 897, alínea a, da CLT, o recurso cabível contra as decisões dos juízes do trabalho nas execuções é o agravo de petição.
- D Errado.

**Considere a seguinte situação hipotética para responder às questões 76 e 77.**

O diretor-geral de determinado órgão público federal exarou despacho concessivo de aposentadoria a um servidor em cuja contagem do tempo de serviço fora utilizada certidão de tempo de contribuição do INSS, falsificada pelo próprio beneficiário. Descoberta a fraude alguns meses mais tarde, a referida autoridade tornou sem efeito o ato de aposentadoria.

**QUESTÃO 76**

Na situação hipotética considerada, o princípio administrativo aplicável ao ato que tornou sem efeito o ato de aposentadoria praticado é o da

- A autotutela.
- B indisponibilidade dos bens públicos.
- C segurança jurídica.
- D razoabilidade das decisões administrativas.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. O princípio da autotutela, na verdade, expressa o dever do administrador público de rever os atos inquinados de irregularidade.
- B Errado. Princípio inexistente.
- C Errado. Trata-se da limitação do poder de autotutela da administração pelo decurso do tempo, inaplicável ao caso.
- D Errado. Princípio inexistente.

**QUESTÃO 77**

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção **incorreta**.

- A O diretor-geral tem o dever de instaurar imediatamente um processo administrativo disciplinar contra o servidor, conforme previsto na Lei n.º 8.112/1990.
- B Nesse caso, não cabe sindicância preliminar ou investigatória, pois já estão delimitadas a autoria e a materialidade do fato.
- C Caso o diretor deixe de aplicar pena disciplinar ao seu subordinado, ele estará apenas cometendo uma irregularidade administrativa; já o servidor deverá ser processado criminalmente pela prática, entre outros, do crime de falsificação de documento público.
- D Os proventos de aposentadoria pagos irregularmente ao servidor denunciado que não possam ser reavidos administrativamente pelo órgão público poderão ser objeto de repetição perante a justiça federal.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. A autoridade que tiver ciência de irregularidade tem o dever legal de promover a apuração dos fatos, sob pena de responsabilidade.
- B Certo. O caso já é de instauração de um processo administrativo disciplinar.
- C Errado (**gabarito**). O diretor-geral tem o dever legal de punir o servidor faltoso. A condescendência na punição é considerada crime contra a administração.
- D Certo. Em tal hipótese, é possível, em tese, a propositura de ação de cobrança. Será perante a justiça federal, por se tratar de órgão federal.

**QUESTÃO 78**

O conselho diretor de uma autarquia federal baixou resolução disciplinando que todas as compras de material permanente acima de cinquenta mil reais só poderiam ser feitas pela própria sede. Ainda assim, um dos superintendentes estaduais abriu licitação para compra de microcomputadores no valor de trezentos mil reais. A licitação acabou sendo feita sem incidentes, e o citado superintendente homologou o resultado e adjudicou o objeto da licitação à empresa vencedora.

Nessa situação, o superintendente

- A agiu com excesso de poder.
- B agiu com desvio de poder.
- C cometeu mera irregularidade administrativa, haja vista a necessidade da compra e o atendimento aos requisitos de validade expressos na Lei de Licitações.
- D cometeu o crime de prevaricação, que consiste em praticar ato de ofício (a licitação) contra expressa ordem de superior hierárquico (a resolução do conselho diretor).

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. Ele agiu fora dos limites de sua competência.
- B Errado. Ocorre apenas quando, apesar de competente, o agente público afasta-se do interesse público.
- C Errado. Em certas circunstâncias, constitui ilícito penal, conforme a Lei 4.898/65.
- D Errado. O crime de prevaricação consiste em praticar ou deixar de praticar ato de ofício contra expressa disposição legal.

**QUESTÃO 79**

Encontra-se sedimentado o entendimento de que ao Poder Judiciário é defeso apreciar o mérito dos atos administrativos, limitando sua atuação quanto à aferição dos aspectos relativos à sua legalidade. A esse respeito, assinale a opção correta.

- A A garantia constitucional de que ninguém será obrigado a deixar de fazer algo senão em virtude de lei assegura ao administrador público ilimitada discricionariedade na escolha dos critérios de conveniência e oportunidade nos casos de anomia.
- B Embora discricionariedade e arbitrariedade sejam espécies do mesmo gênero e, portanto, legítimas, apenas a segunda é passível de controle de legalidade em sentido estrito.
- C O abuso de poder e a arbitrariedade têm como traço de distinção o fato de que aquele se sujeita ao controle judicial e esta, somente à revisão administrativa.
- D Não há discricionariedade *contra legem*.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Jamais o administrador poderá ter ilimitada discricionariedade por ausência de lei. Essa garantia constitucional não é voltada à atuação dos agentes públicos, mas, sim, aos cidadãos.
- B Errado. Não são espécies do mesmo gênero, e é possível o controle da legalidade de qualquer ato.
- C Errado. Ambos se sujeitam ao controle judicial.
- D Certo. Ela ocorre somente quando o agente atua nos limites da lei.

**QUESTÃO 80**

Considerando que há evidentes elementos de identidade entre ato jurídico e ato administrativo, e que este é espécie do gênero ato jurídico, assinale a opção correta.

- A Existem atos praticados pelos administradores públicos que não se enquadram como atos administrativos típicos, como é o caso dos contratos disciplinados pelo direito privado.
- B Atos administrativos, atos da administração e atos de gestão administrativa são expressões sinônimas.
- C O exercício de cargo público em caráter efetivo é *conditio sine quae non* para prática do ato administrativo.
- D Mesmo nos casos em que o administrador público contrata com o particular em igualdade de condições, está caracterizado o ato administrativo, pois a administração pública está sendo representada por seu agente.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. Esse tipo de ato é considerado ato da administração e, não, ato administrativo típico.
- B Errado. Apesar de parecidas, as expressões não são sinônimas.
- C Errado. O ato administrativo pode ser praticado por qualquer agente investido de função pública.
- D Errado. Nos casos em que se celebram contratos regidos pelo direito privado, há, apenas, atos da administração.

**QUESTÃO 81**

No que concerne a cargos públicos, assinale a opção correta.

- A Somente é possível a acumulação de cargos públicos se um deles não for remunerado, como nos serviços voluntários.
- B É possível a acumulação remunerada de dois cargos de enfermeiro.
- C É possível a acumulação remunerada de dois cargos de engenheiro.
- D A acumulação remunerada só será possível se um dos cargos for emprego público e o outro, função pública.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. É possível a acumulação de dois cargos públicos remunerados sob certas condições.
- B Certo. É possível a acumulação de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, como ocorre com os enfermeiros.
- C Errado. Não é permitida a acumulação de dois cargos técnicos.
- D Errado. Basta que sejam dois cargos públicos.

**QUESTÃO 82**

Assinale a opção **incorreta** no que diz respeito ao regime de aposentadoria dos servidores públicos.

- A O servidor aposentado em razão de haver contraído doença incurável, entre as relacionadas pelo Conselho Federal de Medicina, tem direito a proventos integrais.
- B Para que possa ocorrer a aposentadoria voluntária, é necessário, entre outros requisitos, que o servidor tenha, pelo menos, dez anos de efetivo exercício no serviço público, quando preenchidos todos os requisitos para apresentação em data posterior à vigência da Emenda Constitucional n.º 20/1998.
- C O professor que houver ministrado aulas apenas para o ensino superior não terá direito a um abrandamento nas exigências para a aposentadoria voluntária.
- D Ao serem concedidos, os proventos de aposentadoria, sob nenhuma hipótese, poderão ser maiores do que a remuneração recebida pelo servidor no cargo efetivo em que se aposentou.

**Questão anulada**

**Justificativa da anulação:** o evidente erro de grafia verificado ao final da opção B, consistente no uso da palavra "apresentação" em lugar de "aposentação", tornou incorreta essa opção, deixando a questão com duas respostas possíveis — uma vez que o seu comando solicitava que o examinando assinalasse a opção incorreta.

**QUESTÃO 83**

Empresa pública de transporte coletivo firmou contrato com rede de distribuição de combustíveis para que, pelo prazo de 24 meses, fornecesse gás natural veicular para sua frota de ônibus, pagando, por metro cúbico de gás, o valor médio cobrado pelo mercado segundo levantamento feito pela ANP. No nono mês de vigência do contrato, o principal fornecedor de gás ao Brasil teve de suspender o fornecimento do produto devido a graves problemas político-sociais internos. A contratada se vê impossibilitada de cumprir a avença nos termos pactuados.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A Aplica-se ao caso a teoria da imprevisão.
- B A empresa fornecedora de combustíveis terá de ressarcir a empresa pública pelos prejuízos causados pela paralisação de sua frota por força da cláusula *rebus sic stantibus*.
- C A contratada não deverá arcar com qualquer ônus pelo inadimplemento do contrato por se tratar de fato do príncipe.
- D A empresa pública poderá buscar reparação financeira junto à Corte Interamericana de Direito OEA.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. Ela ocorre quando, no curso do contrato, sobrevêm eventos excepcionais e imprevisíveis que impedem o seu cumprimento.
- B Errado. Não será obrigada a ressarcir, exatamente, pela aplicação da teoria da imprevisão.
- C Errado. Não ocorreu o denominado fato do príncipe. Não foi o Estado que decidiu suspender o fornecimento do gás combustível.
- D Errado. Não é cabível a propositura de tal ação contra o governo estrangeiro, pois sequer existe algum contrato de fornecimento de gás entre a empresa e este. Ademais, não existe o mencionado tribunal.

**QUESTÃO 84**

A campanha de prevenção à dengue desenvolvida em todo o território nacional pelo Ministério da Saúde, inclusive com a utilização dos populares fumacês, pode ser classificada como serviço público

- A social autônomo.
- B *uti singuli*.
- C social vinculado.
- D *uti universi*.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Não existe essa classificação.
- B Errado. Esses são prestados de forma individualizada.
- C Errado. Não existe essa classificação.
- D Certo. Trata-se de serviço coletivo, pois é prestado a um grupamento indeterminado de indivíduos.

**QUESTÃO 85**

De acordo com o art. 121 da Lei n.º 8.112/1990, o “servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições”. Considerando esse comando legal, assinale a opção correta.

- A Pode haver responsabilidade civil sem que haja a penal, mas sempre haverá a obrigação administrativa.
- B Sempre que houver a responsabilidade penal, haverá também a responsabilidade civil e a administrativa.
- C A administração não pode aplicar pena de demissão ao servidor em processo disciplinar se este houver sido absolvido em processo criminal.
- D O Estatuto do Servidor Público Federal prevê que as sanções penais, cíveis e administrativas podem ser cumuladas.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Pode haver responsabilidade civil sem que haja a administrativa.
- B Errado. Não necessariamente. Pode haver responsabilidade penal sem que haja a civil.
- C Errado. Poderá fazê-lo conforme os fundamentos em que se assentou a decisão absolutória criminal.
- D Certo. Assim estabelece a Lei 8.112/90, embora sejam independentes entre si.

**QUESTÃO 86**

Wilson foi ao DETRAN, no dia 17/12/2007, para proceder à transferência da propriedade de seu veículo a Airton. Lá, foi informado de que a transferência dependia da quitação do IPVA daquele ano, e que ele deveria ir à Secretaria da Fazenda para providenciar o pagamento. Na Secretaria da Fazenda, relatou o fato e, após assinar o requerimento da segunda via do documento de arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), recebeu a notificação para pagamento do respectivo imposto.

A situação hipotética acima configura caso de lançamento tributário

- A por declaração.
- B por homologação.
- C de ofício.
- D por requerimento.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado.
- B Errado.
- C Certo. O lançamento, no caso, é de ofício, pois toda a elaboração decorre exclusivamente do fisco, sem qualquer participação do contribuinte.
- D Errado. Não existe a mencionada forma de lançamento.

**QUESTÃO 87**

Do conceito de competência residual deduz-se que

- A os estados não podem criar taxas que tenham base de cálculo idêntica à dos impostos.
- B os estados só podem criar impostos que não tenham fato gerador ou base de cálculo idênticos aos dos impostos previstos na Constituição.
- C a União não pode criar empréstimos compulsórios que tenham base de cálculo idêntica à dos impostos previstos na Constituição.
- D a União não pode criar impostos cumulativos.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Essa hipótese não se enquadra no conceito de competência residual, formulado no art. 154, I, da CF.
- B Errado. *Idem*.
- C Errado. *Idem*.
- D Certo, de acordo com o art. 154, I, da CF.

**QUESTÃO 88**

Entre as seguinte vedações, **não** tem exceção expressa no texto constitucional

- A a instituição de tributo sem lei que o estabeleça.
- B a majoração de tributo sem lei que o estabeleça.
- C a cobrança de tributo novo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o criou.
- D a cobrança de tributo novo em menos de 90 dias a partir da publicação da lei que o criou.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. Não há exceção.
- B Errado. A exceção está no art. 153, § 1.º, da CF.
- C Errado. A exceção está no art. 150, § 1.º, da CF.
- D Errado. A exceção está no art. 150, § 1.º, da CF.

**QUESTÃO 89**

O taxista João recebeu do fisco estadual uma correspondência na qual lhe foi informado que, mesmo tendo ocorrido o fato gerador do IPVA, ele não precisaria pagar o tributo, uma vez que fora aprovada uma lei, pela respectiva assembléia legislativa, que excluía o crédito tributário dos taxistas, relativamente ao IPVA.

Nessa situação hipotética, pode-se dizer que a citada lei estabeleceu uma

- A remissão.
- B transação.
- C isenção.
- D anistia.

**JUSTIFICATIVA**

- A Errado.
- B Errado.
- C Certo. Tanto a isenção quanto a anistia são consideradas formas de exclusão do crédito tributário. A anistia, todavia, não se refere a imposto, mas, sim, a multa.
- D Errado.

**QUESTÃO 90**

Oswaldo, que foi notificado pelo fisco para o pagamento de um imposto de R\$ 10.000,00 e multa de 20%, impugnou o lançamento e, no curso do processo, declarou-se devedor dos R\$ 10.000,00 e requereu a exclusão da multa, por denúncia espontânea. Ainda no curso do processo, advieram duas leis: uma que alterou a alíquota da multa para o correspondente a 10%, e outra, posterior, que alterou a alíquota para 15%.

Nessa situação, o percentual de multa que Oswaldo terá de pagar é igual a

- A 0%.
- B 10%.
- C 15%.
- D 20%.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. Não se configura caso de denúncia espontânea.
- B Certo. Consoante o art. 105, IV, c, deve retroagir à lei que aplica penalidade menos severa.
- C Errado, pela razão acima exposta.
- D Errado, pela razão acima exposta.

**QUESTÃO 91**

Acerca do sistema tributário nacional, assinale a opção **incorreta**.

- A Fere preceito constitucional a instituição de taxa sobre serviços de engenharia prestados por particulares.
- B Caso seja criado um território federal, caberá à União instituir o IPVA sobre os veículos licenciados no referido território.
- C Todos os impostos instituídos pela União têm caráter pessoal e são graduados segundo a capacidade econômica dos contribuintes.
- D As contribuições de intervenção no domínio econômico instituídas pela União não incidirão sobre receitas decorrentes de exportação.

**JUSTIFICATIVA**

A opção C é **incorreta**, conforme a justificativa que se segue, *in verbis*:

I – “Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: (...)

§ 1.º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte” (CF/88).

II – “Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: (...)

§ 2.º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos” (CF/88).

Serviços de engenharia constituem base de cálculo do imposto sobre serviços de qualquer natureza (LC 116/2003).

III – “Art. 147. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais” (CF/88).

O IPVA é um imposto estadual (art. 155, III, CF/88).

IV – “Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos art.ºs 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6.º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.

(...)

§ 2.º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o *caput* deste artigo: I – não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação” (CF/88).

**QUESTÃO 92**

Assinale a opção correta no que se refere aos impostos de competência dos municípios.

- A Um município que institui lei estabelecendo alíquotas progressivas para o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) em razão do valor do imóvel e, também, alíquotas diversas de acordo com o uso do imóvel, contraria dispositivo constitucional que, tendo como parâmetro o uso do bem imóvel, veda o estabelecimento de alíquotas diversas para o IPTU.
- B Considere-se um ato de compra e venda de bem imóvel localizado no DF, sendo o comprador domiciliado em Goiânia – GO e o vendedor, em Imperatriz – MA. Nesse caso, será devido ao DF o imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bem imóvel.
- C Compete à lei ordinária fixar as alíquotas mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), e à lei complementar, fixar as alíquotas máximas.
- D Considere-se que certo município edite lei excluindo o ISS sobre exportações de serviços para países da América Latina. Nesse caso, a lei municipal contraria o texto constitucional, pois apenas a Constituição Federal pode dispor acerca da exclusão da incidência do ISS sobre a exportação de serviços.

**JUSTIFICATIVA**

A opção B é a opção **correta**, conforme a justificativa que se segue.

Art. 156 da CF/88: Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

(...)

§ 1.º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4.º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

(...)

II – transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

(...)

§ 2.º O imposto previsto no inciso II:

(...)

II – compete ao Município da situação do bem.

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

(...)

III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar (redação dada pela Emenda Constitucional n.º 3, de 1993).

§ 3.º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, cabe à lei complementar:

I – fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

II – excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.

III – regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

(...)

III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar (redação dada pela Emenda Constitucional n.º 3, de 1993).

§ 3.º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, cabe à lei complementar:

I – fixar as suas alíquotas máximas e mínimas;

II – excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior.

III – regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

**QUESTÃO 93**

Suponha-se que determinada sociedade limitada, estando em débito com a fazenda pública estadual em razão do não-recolhimento do imposto sobre operações referentes à circulação de mercadorias relativo aos dois últimos anos, promova o parcelamento do valor devido. Nessa situação, o parcelamento

- A extingue o crédito tributário.
- B suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- C concede remissão ao crédito tributário.
- D exclui o crédito tributário.

**JUSTIFICATIVA**

A opção B é a opção **correta**, conforme a justificativa que se segue.

De acordo com o art. 151 do CTN, “Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

(...)

VI – o parcelamento”.

**QUESTÃO 94**

Considere-se que a União conceda anistia tributária abrangendo infrações cometidas por pessoas jurídicas domiciliadas em certa região brasileira, em razão de condições que lhes são peculiares. Nessa situação hipotética e de acordo com as normas atinentes ao crédito tributário, assinale a opção correta.

- A A anistia abrange as infrações administrativas e as contravenções penais cometidas pelas pessoas jurídicas beneficiadas.
- B Não se aplica a anistia às infrações cometidas anteriormente à vigência da lei.
- C Não se aplica a anistia a atos praticados com simulação pelas pessoas jurídicas beneficiadas.
- D A lei concessiva da anistia abrange, também, as infrações cometidas com dolo ou culpa pelas pessoas jurídicas beneficiadas.

**JUSTIFICATIVA**

A opção C é a opção **correta**, conforme a justificativa que se segue.

De acordo com o art. 180 do CTN, “A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

I – aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele”.

**QUESTÃO 95**

O imposto sobre produtos industrializados, de competência da União, **não** incide sobre

- A a importação de produtos industrializados.
- B a arrematação de produtos industrializados apreendidos e levados a leilão.
- C o retorno de mercadoria industrializada anteriormente exportada, independentemente do motivo do retorno.
- D a exportação de produtos industrializados.

**JUSTIFICATIVA**

A opção D é a **correta**, de acordo com a justificativa a seguir.

De acordo com o art. 46 do CTN, “O imposto, de competência da União, sobre produtos industrializados tem como fato gerador:

I – o seu desembaraço aduaneiro, quando de procedência estrangeira;

II – a sua saída dos estabelecimentos a que se refere o parágrafo único do artigo 51;

III – a sua arrematação, quando apreendido ou abandonado e levado a leilão.

Parágrafo único. Para os efeitos deste imposto, considera-se industrializado o produto que tenha sido submetido a qualquer operação que lhe modifique a natureza ou a finalidade, ou o aperfeiçoe para o consumo”.

“Outrossim, considerar-se-á ocorrido o fato gerador nas situações de retorno da mercadoria. No entanto, não prevalecerá nos seguintes casos, inexistindo recolhimento, quando houver:

– retorno de mercadoria enviada em consignação e não vendida no prazo autorizado;

– retorno de mercadoria (=devolução), por motivo de defeito técnico, para reparo ou substituição;

– retorno da mercadoria, em face de modificações na sistemática de importação no país importador” (Sabbag. **Elementos**. 2006, p. 407).

De acordo com o art. 153 da CF/88, “Compete à União instituir impostos sobre:

(...)

IV – produtos industrializados;

(...)

§ 3.º O imposto previsto no inciso IV:

(...)

III – não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior”.



**QUESTÃO 96**

Renato e Flávio eram sócios da pessoa jurídica X Comércio de Alimentos Ltda. Flávio era casado sob o regime de comunhão universal de bens e Renato era viúvo. Em julho de 2007, Renato faleceu em virtude de acidente automobilístico, deixando como único herdeiro seu filho de quatorze anos, o qual ficou sob a tutela de seu tio João.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O filho de Renato, representado por João, com a concordância do sócio remanescente, poderá continuar a empresa, sendo desnecessária autorização judicial se essa hipótese de sucessão estiver prevista no contrato social.
- B Os bens particulares, estranhos ao acervo da empresa, que o filho de Renato já possuía ao tempo da sucessão não responderão por dívidas da sociedade.
- C Se, durante a fase de liquidação, Flávio optar pela dissolução da sociedade, na alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio da empresa, será necessária a outorga de sua esposa.
- D Se João não puder exercer atividade de empresário, para que o filho de Renato possa continuar a empresa, deve-se nomear, com a aprovação judicial, um ou mais gerentes, ficando João isento da responsabilidade pelos atos do gerente nomeado.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. De acordo com o art. 974 do Código Civil Brasileiro: “Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.  
§ 1.º Nos casos deste artigo, precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la, podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros.”
- B Certo. De acordo com o art. 974 do Código Civil Brasileiro: “Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.  
(...)  
§ 2.º Não ficam sujeitos ao resultado da empresa os bens que o incapaz já possuía, ao tempo da sucessão ou da interdição, desde que estranhos ao acervo daquela, devendo tais fatos constar do alvará que conceder a autorização.”
- C Errado. De acordo com o art. 978 do Código Civil Brasileiro: “O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.”
- D Errado. De acordo com o art. 975 do Código Civil Brasileiro: “Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.  
(...)  
§ 2.º A aprovação do juiz não exige o representante ou assistente do menor ou do interdito da responsabilidade pelos atos dos gerentes nomeados.”

**QUESTÃO 97**

Paulo e Vinícius, únicos sócios da Ômega Comércio de Roupas Ltda., decidiram ceder integralmente suas cotas sociais e, também, alienar o estabelecimento empresarial da sociedade para Roberto e Ana. Ômega Comércio de Roupas Ltda. havia celebrado contrato de franquia com conhecida empresa fabricante de roupas e artigos esportivos.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A A eficácia da alienação do estabelecimento empresarial dependerá sempre do consentimento expresso de todos os credores.
- B O adquirente não responderá por qualquer débito anterior à transferência do estabelecimento empresarial.
- C O franqueador não poderá rescindir o contrato de franquia com a Ômega Comércio de Roupas Ltda. com base na transferência do estabelecimento.
- D Os alienantes do estabelecimento empresarial da Ômega Comércio de Roupas Ltda. não poderão fazer concorrência aos adquirentes nos cinco anos subseqüentes à transferência, salvo se houver autorização expressa para tanto.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. De acordo com o art. 1.145 do Código Civil Brasileiro: “Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.”
- B Errado. De acordo com o art. 1.146 do Código Civil Brasileiro: “O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.”
- C Errado. De acordo com o art. 1.148 do Código Civil Brasileiro: “Salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se não tiverem caráter pessoal, podendo o terceiro rescindir o contrato em noventa dias a contar da publicação da transferência, se ocorrer justa causa, ressalvada, neste caso, a responsabilidade do alienante.”
- D Certo. De acordo com o art. 1.147 do Código Civil Brasileiro: “Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subseqüentes à transferência.”

**QUESTÃO 98**

As sociedades anônimas

- A podem ser simples ou empresárias, conforme o objeto social.
- B estão proibidas por lei de receberem nome de pessoa física em sua denominação.
- C são sociedades de capitais, sendo irrelevantes as características pessoais de seus acionistas.
- D devem ser constituídas por, no mínimo, sete acionistas.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. De acordo com o art. 2.º, § 1.º, da Lei 6404/76, “Qualquer que seja o objeto, a companhia é mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio”.
- B Errado. De acordo com o art. 3.º, § 1.º, da Lei 6404/76, “O nome do fundador, acionista, ou pessoa que, por qualquer outro modo tenha concorrido para o êxito da empresa, poderá figurar na denominação”.
- C Certo. O que importa para a pessoa jurídica é a efetiva contribuição dos acionistas para a formação do capital social.
- D Errado. Devem ser constituídas por, no mínimo, dois acionistas.

**QUESTÃO 99**

Considerando-se que Paula tenha endossado a Luana um cheque de terceiro no valor de R\$ 500,00, é correto afirmar que

- A Paula, por ter endossado o cheque, responde pela solvência do devedor principal, no valor de R\$ 500,00.
- B o endosso produz os mesmos efeitos jurídicos de uma cessão civil de créditos.
- C o endosso transfere a Luana a posse, não a propriedade do título de crédito.
- D o endosso de Paula será nulo de pleno direito se a obrigação consubstanciada no cheque já estiver vencida.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Certo. No endosso, o endossante responde pela solvência do devedor, ou seja, ele poderá ser compelido a pagar a obrigação.
- B Errado. Não se aplicam à cessão civil os princípios de direito cambiário. Na cessão, por exemplo, o cedente responde apenas pela existência do crédito, não assumindo a responsabilidade pela quitação do mesmo.
- C Errado. O endosso é o meio próprio de transferência da propriedade dos títulos de crédito, consistente na assinatura do proprietário no verso ou no averso do título.
- D Errado. O endosso posterior ao vencimento da obrigação é válido e produz os mesmos efeitos do endosso anterior.

**QUESTÃO 100**

Os sócios da MN Serviços Ltda., pessoa jurídica que atua no ramo de prestação de serviços de limpeza e conservação, visando superar situação de crise econômico-financeira, deliberaram pela recuperação judicial da referida pessoa jurídica. Considerando a situação apresentada e as normas relativas à recuperação judicial das sociedades empresárias, assinale a opção correta.

- A Para que a MN Serviços Ltda. possa requerer a recuperação judicial, é necessário que ela, no momento do pedido, esteja exercendo regularmente suas atividades há mais de cinco anos.
- B Apenas os créditos vencidos do devedor, existentes na data do pedido, estarão sujeitos à recuperação judicial.
- C A petição inicial da MN Serviços Ltda. deve ser instruída com as demonstrações contábeis relativas aos cinco últimos exercícios sociais.
- D No ato em que for deferido o processamento da recuperação judicial da MN Serviços Ltda., deve ser nomeado administrador judicial, que pode ser pessoa física ou jurídica.

**JUSTIFICATIVAS**

- A Errado. De acordo com o art. 48 da Lei n.º 11.101/2005: “Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente: (...)”
- B Errado. De acordo com o art. 49 da Lei n.º 11.101/2005: “Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.”
- C Errado. De acordo com o art. 51 da Lei n.º 11.101/2005: “A petição inicial de recuperação judicial será instruída com: (...) II – as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:
  - a) balanço patrimonial;
  - b) demonstração de resultados acumulados;
  - c) demonstração do resultado desde o último exercício social;
  - d) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;”.
- D Certo. De acordo com o art. 21 da Lei n.º 11.101/2005: “O administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada. Parágrafo único. Se o administrador judicial nomeado for pessoa jurídica, declarar-se-á, no termo de que trata o art. 33 desta Lei, o nome de profissional responsável pela condução do processo de falência ou de recuperação judicial, que não poderá ser substituído sem autorização do juiz. (...) Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato: I – nomeará o administrador judicial, observado o disposto no art. 21 desta Lei;”.